

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
HUMANAS
JORNALISMO

**OS USOS SOCIAIS DA COMUNICAÇÃO:
JORNAL “A NOTÍCIA POR QUEM VIVE”**

CAMILLE COSTA PERISSÉ PEREIRA

RIO DE JANEIRO

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**OS USOS SOCIAIS DA COMUNICAÇÃO:
JORNAL “A NOTÍCIA POR QUEM VIVE”**

Monografia submetida à Banca de Graduação
como requisito para obtenção do diploma de
Comunicação Social/ Jornalismo.

CAMILLE COSTA PERISSÉ PEREIRA

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Paiva de A. Soares

RIO DE JANEIRO

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **Os usos sociais da comunicação: jornal “A notícia por quem vive”**, elaborada por Camille Costa Perissé Pereira.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia06...../....03...../....2013.....

Comissão Examinadora:

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Paiva de Araújo Soares
Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicação .- UFRJ
Departamento de Comunicação - UFRJ

Prof. Muniz Sodré de Araújo Cabral
Doutor em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ
Departamento de Comunicação -. UFRJ

Prof. João Paulo Malerba
Mestre em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ
Departamento de Comunicação – UFRRJ

RIO DE JANEIRO

2013

FICHA CATALOGRÁFICA

PEREIRA, Camille Costa Perissé.

Os usos sociais da comunicação: jornal “A notícia por quem vive”.

Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo) –
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de
Comunicação – ECO.

Orientadora: Raquel Paiva de Araújo Soares

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos moradores da Cidade de Deus; Angélica, Cilene, Joana, Julcinara, Felipe, Mônica, Rosalina, Socorro, Valéria; pela confiança que depositam em mim, pelo carinho e acolhimento ao longo deste ano de trabalho.

Aos amigos do Soltec, sou grata por toda a força e pela oportunidade de realizar um belo trabalho de extensão e pesquisa, além de participar de aulas e discussões teóricas. Vocês são um núcleo muito especial, são pessoas que compartilham sonhos e lutam por um mundo melhor. Foi a melhor coisa que poderia ter-me acontecido neste último ano de UFRJ. Agradeço sobretudo à Marília, que me deu um grande suporte nesta jornada, e às meninas da coordenação de comunicação, que acompanham meu esforço desde o início, quando eu não acreditava em mim mesma. Cada palavra, cada gesto, foi compensador.

Especialmente a meu amor, Victor, agradeço não só a ternura, a amizade e o companheirismo, mas valorizo o amadurecimento e os momentos que me proporcionou e proporciona. Se hoje minhas motivações, meu pensamento crítico e meus sonhos estão maiores, em grande parte é pelas nossas conversas e pela inspiração que sinto ao seu lado.

Não poderia deixar de contemplar o apoio de minha família: meus pais, meu irmão, minhas tias, avós e primos. Mesmo de longe, ou de perto convivendo com meus defeitos, todos me incentivaram e me deram amor incondicional. Não há como dimensionar o significado de poder contar com vocês: meu amor é igualmente incondicional.

Reconheço o valor de meus amigos, tanto os da Ilha, companheiros de longos anos, quanto os da universidade e estágios, que vêm compartilhando comigo novas experiências e ideias: foram sempre compreensivos na minha ausência, e calorosos na minha presença.

E a minha orientadora Raquel Paiva, agradeço pelo apoio acadêmico e pelo carinho: sempre terei admiração pelo Lecc.

PEREIRA, Camille Costa Perissé. **Os usos sociais da comunicação: jornal “A notícia por quem vive”**. Orientadora: Raquel Paiva de Araújo Soares. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO.

Monografia em Jornalismo.

RESUMO

Este trabalho reflete sobre a experiência de um jornal comunitário, conduzido, desde 2010, por moradores da Cidade de Deus. *A notícia por quem vive* foi construído a partir de uma experiência anterior de apropriação das mídias nesta comunidade – um portal comunitário desenvolvido como um projeto de extensão da UFRJ. O estudo busca relacionar conceitos como Comunicação Comunitária, cultura popular e contra hegemonia, no intuito de expor as realidades cotidianas que se inserem dentro destes campos. É feita uma análise crítica sobre o processo de desenvolvimento do jornal objeto de estudo. Também são incluídas no trabalho reflexões acerca do papel da universidade nas comunidades e suas metodologias de ação.

SUMÁRIO

1. Introdução	2
2. Comunicação e seus usos sociais.....	7
2.1 Processos culturais nos usos da comunicação	9
2.2 Dimensões do “popular” nas ciências sociais.....	12
2.3 Caminhos para a comunicação “alternativa” brasileira	15
3. Comunicação Comunitária e contra hegemonia	19
3.1 Comunidade: definições e práxis.....	19
3.2 <i>Comunitária</i> como classificação para veículos de comunicação	21
3.3 O processo contra hegemônico de veículos comunitários	24
4. Jornal <i>A notícia por quem vive</i>	27
4.1 A Cidade de Deus	28
4.2 Organizações Sociais de Base Comunitária e Portal Comunitário da Cidade de Deus	29
4.2.1 O desenvolvimento da pesquisa com as OSBCs	30
4.2.2 O projeto do Portal Comunitário da CDD	33
4.3 Comunidade e Universidade.....	36
4.4 O processo de construção do jornal	38
4.5 Análise das características e transformações ao longo das edições	40
4.6 Perspectivas e limitações de um veículo de Comunicação Comunitária.....	46
5. Conclusão	53
6. Referências bibliográficas	54
7. ANEXOS	58

1. INTRODUÇÃO

O movimento de mídia comunitária tem crescido e ganhado notoriedade, travando importantes discussões político culturais no seio da academia e dos movimentos sociais e as quais, conseqüentemente, vêm sendo levadas ao poder público. Esse debate tem permitido o resgate da participação popular política, repensando a democracia e contribuindo para a emancipação de um pensamento coletivo e humano.

Os processos que envolvem a construção de uma comunicação que segue uma lógica diferente dos grandes meios, já tendo sido conceituada como comunicação popular, alternativa e, atualmente, comunitária; envolvem movimentos de resistência, surgindo em pequenos grupos marginalizados que se unem a partir de interesses, território ou modo de vida em comum, com uma identidade e reivindicação de seu reconhecimento e seus direitos, incorporando-se na luta discursiva contra hegemônica.

Algumas produções acadêmicas atribuem ao surgimento desta outra forma de comunicação no Brasil o contexto histórico de um país onde não havia participação política de classes populares. No período da ditadura militar, como forma de organização dessas classes, havia manifestações no âmbito de uma “comunicação popular”. Por conta da forte censura, grupos que não se sentiam representados pela mídia usavam principalmente panfletos, boletins e pequenos recursos para se manifestar.

Com a reabertura política e inserindo-se em um período de mais de duas décadas de democracia representativa, a comunicação popular se ampliou, ainda mais com o desenvolvimento das TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação), desenvolvendo-se tanto em mídias locais com interesses comerciais quanto em mídias comunitárias – as quais se caracterizam, dentre outros fatores, pela valorização da cultura local, compromisso com a cidadania e contribuição para a democratização da comunicação.

Estes processos também se inserem em um contexto histórico em que os meios de comunicação no Brasil configuram uma situação de grande concentração e visão comercial das mídias. A partir de um processo de globalização e de adoção de políticas neoliberais, este é um panorama observado em muitos países, apesar de recentes contra tendências latino-americanas deixarem o Brasil em um posto ainda mais grave com relação aos seus vizinhos.

O presente trabalho pretende, dessa forma, resgatar esse atual debate político sobre a democratização da comunicação no sentido de multiplicação de vozes, em que situações concretas de meios comunitários que primam por outra lógica – contrária aos interesses do capital e da sociedade de consumo – emergem com urgência na vida social cotidiana. Para tanto, a base em referências bibliográficas e em casos específicos para compreendê-los em sua complexidade de detalhes e em sua diversificação, explicitando a heterogeneidade em que ocorrem as transformações históricas, se faz necessária. As análises particulares constituem pilares para um pensamento mais abrangente, sendo não só de interesse público, mas de necessidade acadêmica. Além do mais, uma cidade metrópole de alto hibridismo de classes e multiculturalismo, como o Rio de Janeiro, é um ambiente propício a fornecer bons materiais de análise: neste estudo, foi escolhido o caso do jornal comunitário *A notícia por quem vive*, de moradores da Cidade de Deus.

O segundo capítulo abordará o tema de concentração das mídias e a discussão sobre o processo de apropriação dos meios de comunicação por camadas populares. Os usos sociais da mídia, que podem se revelar em projetos como os de Comunicação Comunitária, surgem como novas realidades na vida popular – ainda mais se pensarmos nos usos das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação. Nesse sentido, serão consideradas diversas perspectivas teóricas acerca do conceito de cultura e do popular, tomando como base as linhas de pensamento latino-americanas de Jesus Matín-Barbero e de Néstor García Canclini.

Seguindo as reflexões teóricas, o terceiro capítulo destina-se ao resgate de definições clássicas e contemporâneas acerca dos conceitos de comunidade e de Comunicação Comunitária – e a busca teórica de Cicilia Peruzzo contribui para isso – utilizando como fundamento para compreender a relação destes conceitos a teoria de Gramsci sobre o Estado ampliado, o qual inclui a sociedade civil e a sociedade política e está presente sobretudo nas sociedades de tipo ocidental. Assim também serão vistos os conceitos de hegemonia e contra hegemonia, que se desdobram a partir da sociedade civil – instância na qual o poder e o domínio são legitimados através de situações de convencimento e de consensos: os chamados “aparelhos privados de hegemonia” são ferramentas para conquistá-los. Os meios de comunicação se configuram como uma dessas ferramentas, a partir do momento em que direcionam o pensamento coletivo para determinados interesses – e estão inclusos aí os meios comunitários, que geralmente possuem interesses contra hegemônicos. Portanto, levando em

conta o pensamento do autor italiano, percebe-se que cultura e as práticas de Comunicação Social estão ligadas à política em um amplo sentido.

No quarto capítulo, será retratada a experiência do jornal *A Notícia por Quem Vive*, que foi construído num contexto de estigmatização e desinformação a respeito da vida nas favelas. Acreditando que a comunicação é uma forte ferramenta de transformação social, um grupo do território da Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, com o apoio do Núcleo de Solidariedade Técnica da UFRJ (Soltec), decidiu criar um jornal onde os produtores de conteúdo fossem os próprios moradores, a fim de fazer ecoar vozes e ideias dissonantes daquelas já massificadas pelos oligopólios da mídia.

A iniciativa do jornal surgiu a partir do trabalho final do curso de extensão "Análise Crítica dos Meios de Comunicação". Na ocasião, moradores e pessoas que já tinham forte atuação na comunidade através de outros projetos (como associações, grupos de teatro e dança) decidiram se unir na experiência de serem produtores – e não meros receptores – de informação. Assim, em outubro de 2010, os formandos do curso distribuíram a primeira edição do jornal na comunidade, impresso com apoio do programa do Soltec/UFRJ, que passou, por sua vez, a acompanhar o desenvolvimento do jornal e realizar um trabalho de pesquisa e extensão junto ao grupo.

A partir da participação como extensionista da autora deste trabalho nas atividades do Soltec e do projeto do jornal, pretende-se compreender e complexificar o processo cotidiano da sua construção e constante transformação do veículo. Será possível aprofundar-se em uma análise que conta com métodos como a observação participante, com relatórios e com diários de campo (que são neste caso relatos de reuniões com os moradores e de encontros das pesquisadoras do núcleo). Esses métodos estão ligados tanto à metodologia da pesquisa de campo, com um viés das ciências sociais, quanto também à metodologia da pesquisa participante, que incluem desde pesquisas dentro de corporações e empreendimentos até pesquisas dentro de organizações, movimentos sociais ou de grupos de comunidades – estas últimas sendo realizadas mais comumente por pesquisadores da América Latina. A participação possibilita, portanto, que o trabalho retorne da academia para a comunidade, em um constante diálogo.

Este estudo fornecerá um detalhado registro da memória da experiência do veículo comunitário em questão, levando em consideração todos os fatos que a antecederam e

influenciaram. Posteriormente, será analisada a produção propriamente do veículo, o conteúdo do jornal. Desse modo, serão destacadas suas características mais marcantes e suas transformações – de forma a compreender possíveis motivos para tais. Serão então problematizadas situações que, acredita-se, podem ser recorrentes neste tipo de experiência coletiva; com a intenção final de explicitar dificuldades e possibilidades que envolvem uma experiência de Comunicação Comunitária.

2. COMUNICAÇÃO E SEUS USOS SOCIAIS

Desde o final do século passado, na era chamada de pós-modernidade, vem-se acelerando o processo de globalização, do qual faz parte a política neoliberal, adotada na maior parte dos atuais governos, em que o Estado se minimiza, precarizando serviços públicos e deixando de investir em ações sociais. Também ocorre nesse fenômeno a disseminação de um modo de produção que gera instabilidade e problemas sociais como desemprego, exclusão social e desvinculação dos indivíduos de seus territórios¹. A Comunicação Social, identificada como um instrumento de poder e mediação sofre, nesse contexto, a tendência de concentração das propriedades entre poucos grupos, formando o que o pensador italiano Antonio Gramsci chamava de *aparelhos privados de hegemonia*. Daniel Herz apontou dados de um dos maiores conglomerados mundiais, na época em que começava a se mostrar mais visível esse efeito “globalizador” na comunicação e de foco mais no mercado que no social:

A Rede Globo é o centro de um império que abrange mais de quarenta empresas, atuando em diversos ramos da economia. Só a Rede Globo – que inclui sete emissoras totalmente de sua propriedade parcial e 36 emissoras afiliadas – tem uma receita anual estimada em US\$ 500 milhões e um valor patrimonial em US\$ 1 bilhão [...] Na área da comunicação de massa, além dos ramos de televisão, as Organizações Globo envolvem pelo menos 18 emissoras de rádio AM e FM, o segundo maior diário do país, duas editoras de revistas e livros, produtora de vídeo, distribuidores de fitas videocassete, três gravadoras, produtoras de serviços para publicidade, entre outras empresas.²

Nem mesmo o crescimento, na última década, de serviços privados com canais por assinatura sem limitação de espectro foi capaz de ampliar a entrada de outros grupos no meio televisivo. Na década passada, o grupo NET-SKY (do qual faz parte a Rede Globo) já controlava 95% da TV por satélite³ no Brasil.

Com as chamadas “Novas Tecnologias de Informação e Comunicação” (TICs), outras características que seguem na contramão da politização e da consciência social do público e vão ao encontro da lógica de mercado também são percebidas na sociedade. O excesso de informação e superficialidade estão presentes em uma sociedade que Baudrillard

¹ PAIVA, 2004.

² HERZ, 1986: 8-9.

³ LIMA, 2001.

caracterizou com a famosa frase: "Livre do real, você pode fazer algo mais real que o real: o *hyper-real*"⁴. Além disso, a comunicação de massa implodiria os sentidos, impedindo a reflexão humana e reproduzindo o caráter histérico das produções midiáticas, representando o "falatório". Os produtos midiáticos que competem no mercado apelam para o sensacionalismo, chamando cada vez mais atenção pela forma e pela estética que por seu conteúdo. Isso pode ser visto em capas de jornais que investem na impressão colorida para dar destaque a fotos (comumente mostrando violência, esportes ou mulheres), em programas de televisão que privilegiam temas polêmicos, em anúncios publicitários, etc., como observa Douglas Kellner em seus estudos culturais: "As formas de entretenimento invadem a notícia e a informação, e uma cultura tabloide se torna cada vez mais popular"⁵. Raquel Paiva constatou que, nesta geração da cultura tabloide na mídia, a violência urbana e o *terrorismo* midiático seriam recorrentes:

O terror desponta como a fratura visível, para usar uma expressão do pensador francês⁶, da sociedade contemporânea. Ele é marcado pela tônica midiática, razão pela qual os atos são cada vez mais e mais espetaculares, numa tentativa incontrolável de superação, por atos de crueldade, da linha que separaria ficção e realidade. Nesse ambiente, divisa-se um afastamento cada vez mais significativo de projetos tradicionalmente políticos, cujo propósito era a efetiva alteração da estrutura social vigente [...] A espetacularização assume estatuto panfletário.⁷

Com isso, poder-se-ia inferir que há uma tendência global de indissolubilidade dos meios hegemônicos de comunicação com o mercado e a lógica do capital. Porém, isto não acontece na totalidade dos meios, visto que "a globalização também traz em si um conjunto extraordinário de *possibilidades*, de mudanças agora possíveis e que se baseiam em fatos radicalmente novos"⁸: Martín-Barbero, em suas teses sobre comunicação na América Latina, considera um fenômeno crescente a apropriação das novas tecnologias "por grupos das camadas subalternas, o que lhes permite uma verdadeira revanche sociocultural, isto é, a construção de uma contra hegemonia mundial"⁹.

⁴ BAUDRILLARD, 1996: 125.

⁵ KELLNER, 2003: 5.

⁶ Paiva se refere a Baudrillard.

⁷ PAIVA, 2009: 19.

⁸ MARTÍN-BARBERO, 2008: 13.

⁹ Ibidem, 13.

Ainda há espaços na sociedade da informação e globalização que seguem outra lógica, a do *espírito comum*¹⁰. Um crescente número de desempregados e excluídos socialmente tem fortalecido movimentos em prol da cidadania e gerado um sentimento de solidariedade emergente. Mas solidariedade não idealizada, e sim política e prática, no sentido de ser uma necessidade.

Para entender essa outra lógica, é preciso considerar que os efeitos da mídia na cultura popular não consistem em apenas manipulação e alienação, como se pôde perceber ao longo de experiências de acadêmicos nos estudos de recepção e estudos culturais acerca de produtos midiáticos populares. Douglas Kellner, que propõe um estudo cultural *multicultural* e *multiperspectívico* evidencia que “A cultura contemporânea da mídia cria formas de dominação ideológica que ajudam a reiterar as relações vigentes de poder, ao mesmo tempo que fornece instrumental para a construção de identidades e fortalecimento, resistência e luta”¹¹. Dessa forma, “a Comunicação Comunitária não é entendida como uma alternativa 'não-tecnológica' à mídia hegemônica, mas como uma outra perspectiva, um outro viés, para incorporar a tecnologia, sem que se perca o enraizamento local ou comunitário”¹²

Não se pode desconsiderar também a importância das transformações e discussões travadas dentro das instâncias políticas. Sendo um campo heterogêneo e de disputas, a estrutura política de poder abriga tanto representantes de interesses privados e hegemônicos quanto representantes de interesses públicos e de grupos desprivilegiados. Há diversos efeitos e contradições do global, do local e das minorias nestes campos.

2.1 Processos culturais nos usos da comunicação

Analisando o conceito de cultura e trazendo a discussão das ciências sociais sobre a diferença, a desigualdade e a inclusão social para o contexto da América Latina, o

¹⁰ PAIVA, 2003.

¹¹ KELLNER, 2001:10.

¹² PAIVA & SANTOS, 2008: 7-8.

antropólogo Néstor Garcia Canclini aponta uma disputa causada por esse cenário de globalização e multiculturalismo dentro da esfera de poder:

Existem cosmopolíticas hegemônicas, das transnacionais, das elites e dos organismos intergovernamentais, que submetem a diversidade ao jugo dos megamercados (FMI, OMC, acordos de livre comércio), e, em outros casos, políticas que apoiam ou fortalecem os atores locais, aceitam as diferenças (ONGs, federações indígenas). Exerce-se e disputa-se o poder à distância, com recursos tecnológicos que podem servir tanto para controlar quanto para desafiar¹³

Dessa forma, as mídias e suas novas tecnologias podem ser apropriadas por atores locais para se conduzir um caminho contrário ao dos valores hegemônicos disseminados na sociedade, fortalecendo movimentos identitários e comunitários. A possibilidade de transformação social se aproxima das minorias, que não precisam recorrer somente a estruturas formais para fazer valer suas reivindicações. As T.I.Cs se apresentam como ferramentas práticas de apropriação para uma possível integração, mobilização e desenvolvimento local. O momento histórico atual seria, assim, propulsor de uma busca por “uma política gerativa, ou seja, a ênfase nas ações práticas do cotidiano e da localidade”¹⁴. É interessante, no entanto, observar quais mudanças e processos culturais estão em questão nos novos usos da comunicação.

Utilizando o exemplo de artesanato indígena no México, Canclini mostra como é possível modificar o valor de uso de certos objetos no contato com outras culturas: uma peça artesanal pode ser concebida e planejada pelos indígenas como uma saia, e, quando vendida para os mexicanos urbanos, passar a ser utilizada como toalha de mesa. Para Canclini, “não há por que argumentar que se perdeu o significado do objeto: *transformou-se* [...] O que ocorreu foi que mudou de significado ao passar de um sistema sociocultural a outro, ao inserir-se em novas relações sociais e simbólicas”¹⁵. A definição de cultura utilizada pelo próprio autor coincide com esta compreensão de que ela é permeada por transformações e processos: “a cultura abarca o conjunto de processos sociais de produção, circulação e consumo da significação na vida social”¹⁶. Da mesma forma, quando grupos que estão à margem do poder

¹³ CANCLINI, 2009: 146.

¹⁴ PAIVA, 2004: 3.

¹⁵ CANCLINI, 2009: 42.

¹⁶ Ibidem: 41.

se apropriam de mídias para produzir seu próprio canal de comunicação, esse uso supõe toda uma nova mediação de sentidos, de acordo com o cotidiano e a cultura do grupo.

De um ponto de vista antropológico, não há motivos para pensar que um uso seja mais ou menos legítimo do que outro. Com todo o direito, cada grupo social muda a significação e os usos. Nesse ponto, as análises antropológicas precisam convergir com os estudos sobre comunicação, porque estamos falando de circulação de bens e mensagens¹⁷

Para falar em cultura, é preciso levar em conta que este conceito perpassa por entre várias linhas teóricas: desde a clássica associação entre cultura e identidade até a concepção de que seria um aparato simbólico da produção e reprodução da sociedade – como nos estudos culturais britânicos – ou de que seria um instrumento de legitimação da hegemonia – como na Escola de Frankfurt, onde comunicações de massa e a indústria cultural eram vistas como mediadoras da realidade política. É importante destacar aqui, no entanto, que a concepção de cultura para os alemães possui outra epistemologia, já que esta palavra correspondente no idioma alemão, *Kultur*, não se refere a práticas, hábitos ou modos de vida; *Kultur* englobaria as belas-artes, a filosofia e outras maneiras que o homem possui para se humanizar, transcender, sair da barbárie. Canclini cita, também, a concepção de cultura como “dramatização eufemizada dos conflitos sociais”¹⁸, com a noção de diferentes pensadores como Pierre Bourdieu, Bertold Brecht e Walter Benjamin de que rituais e práticas aparentemente pacíficas (como os jogos que simulam situações da realidade) possuiriam a função de evitar confrontos reais.

Canclini, assim como Kellner, propõe em suas obras uma combinação destas linhas diversas para um bom estudo cultural – o primeiro, com mais enfoque em pesquisas latino-americanas e o segundo, em críticas e estudos culturais. Em uma sociedade globalizada em que se estouram crises e contradições, não basta utilizar “cultura” como uma simples qualificação positiva ou negativa.

É necessário avançar no trabalho epistemológico, iniciado por autores já citados, a fim de explorar como as aproximações que narram os *vínculos* da cultura com a sociedade, com o poder, com a economia, com a produção, poderiam ser conjugadas, articuladas umas com as outras¹⁹.

¹⁷ Ibidem: 42.

¹⁸ Ibidem: 46.

¹⁹ Ibidem: 47.

É importante notar, deste modo, que a rivalidade entre os estudos identificados como culturalistas e os mais centrados nas contradições de classes pode ser relativizada em leituras que considerem tanto as relações de produção quanto os processos culturais.

2.2 Dimensões do “popular” nas ciências sociais

Antes mesmo de a sociologia, a antropologia e a Comunicação Social se debruçarem em pesquisas sobre comunidades urbanas, os estudos sobre o “popular” já eram comuns. A “cultura popular” também foi chamada por teóricos americanos dos anos 1940-50 de cultura de massas, “operando como um dispositivo de mistificação histórica, mas também propondo pela primeira vez a possibilidade de pensar *em positivo* o que se passa culturalmente com as massas”²⁰. Acreditava-se que essa comunicação entre diferentes estratos da sociedade, esse “popular” pretendendo apropriar-se da cultura, seria sintoma de uma sociedade sem classes.

Porém, o “popular”, além das abordagens *culturalistas*, é classificado como classe social (especialmente nas leituras marxistas). A exemplo do trabalho do sociólogo Pierre Bourdieu, sua diferenciação das outras classes pode ser observada nas relações de produção, na propriedade dos bens e na sua maneira de consumi-los, transformando-os em signos²¹. Bourdieu classificava três níveis culturais na sociedade capitalista, que denominava de “gostos”: o legítimo, o médio e o popular. A burguesia, as classes médias e as classes populares formariam então públicos diferentes, não só pela distribuição desigual dos bens materiais e simbólicos como pelo modo que cada uma os consumia²². Para Bourdieu, havia uma “estética popular”, que seria pragmática e funcionalista. As preferências e escolhas se guiariam pelo prático, pela necessidade e pela imagem de simplicidade e modéstia. O

²⁰ MARTÍN-BARBERO, 2009: 12.

²¹ apud CANCLINI, 2009: 73.

²² Ibidem: 78.

sociólogo julgava, assim, que essas classes estariam fadadas a serem subalternas, pois “incapaz de ser como a dominante e incapaz de construir um espaço próprio, a cultura popular não teria uma problemática autônoma”²³. As lutas simbólicas teriam o seu lugar apenas na classe dominante. É possível identificar neste discurso a visão de Adorno e Horkheimer, da teoria da Escola de Frankfurt sobre a Indústria Cultural²⁴, que desencadeou uma série de análises tidas como “pessimistas”. Os autores relatam um mundo entregue à supremacia da técnica, onde a racionalidade e a lógica mecânica dos processos industriais teriam ultrapassado o âmbito da produção fabril e se estendido para diversos aspectos do cotidiano, consolidando a dominação de classe. Com uma imaginação atrofiada e perdendo sua capacidade crítica, o consumidor, principalmente das classes populares, se converte em massa alienada e sem poder de contestação (até as classes mais altas também poderiam ser massificadas, seduzidas pela indústria cultural).

Já em análises culturalistas mais recentes sobre movimentos sociais e práticas populares, pesquisadores passaram a reconhecer essa camada da sociedade de forma mais valorizada, realocando o lugar do povo na cultura de maneira a compreender novas relações e processos no contexto histórico-cultural em que os grupos se constituem.

O conhecimento das relações interculturais, segundo Grignon e Passeron, não deve considerar a cultura popular como um universo de significação autônomo, esquecendo os efeitos da dominação, nem cair no risco oposto – mas simétrico – de crer que a dominação constitua a cultura dominada sempre como heterônoma. Por um lado, o relativismo cultural que imagina os subalternos apenas como diferentes, num estado de “inocência simbólica”; por outro, o etnocentrismo das classes hegemônicas ou “dos grupos cultos associados ou aspirantes ao poder” que, crendo monopolizar a definição cultural do humano, consideram o diferente como “barbárie ou ‘incultura’”²⁵

Essa visão do popular inserido no plano cultural também leva, com uma perspectiva histórica, autores a analisar outros momentos importantes para a redescoberta da cultura popular. O historiador Jacques Le Goff fez uma releitura da Idade Média, na qual encontrou como fio condutor a oposição entre cultura erudita e cultura popular²⁶. O eruditismo do clero se chocava com a emergência da cultura das massas camponesas; o folclore, com suas ambiguidades, se defrontava com o racionalismo e o maniqueísmo cristão

²³ Ibidem: 86.

²⁴ HORKHEIMER & ADORNO, 2002.

²⁵ CANCLINI, 2009: 88, 89

²⁶ LE GOFF, 1979.

da cultura oficial. Por dez séculos, antes da famosa e marcante Inquisição, estas duas culturas dialogavam em forma de pressões e repressões, estimulando uma aproximação e simbiose. As histórias dos senhores feudais e os relatos populares e evangélicos se misturavam. “A contribuição de Le Goff reside em ter conseguido resgatar a dinâmica própria do processo cultural: a cultura popular fazendo-se em uma dialética de permanência e mudança, de resistência e intercâmbio”²⁷

Tomando como base os períodos históricos da Idade Média a Renascimento, Mikhail Bakhtin também contribui para as pesquisas sobre processos culturais que reconstroem o popular²⁸. Sua meta principal consiste em identificar as diferenças do popular em relação à cultura vigente, especialmente no que tange à linguagem e às formas de comunicação. O *espaço próprio* da cultura popular seria a praça pública, um “espaço não segmentado, aberto à cotidianidade e ao teatro, mas um teatro sem distinção de atores e espectadores”²⁹. Nesse espaço, o vocabulário, gestos e expressões ambivalentes, as brincadeiras, deboches e grosserias seriam linguagens reveladoras da cultura popular com seus dois eixos de expressão: o cômico e o grotesco.

Uma dimensão inovadora dada à cultura e à classe popular, partindo do pensamento marxista, é elaborada na teoria gramsciana, na qual o conceito de *hegemonia* mostra o processo de dominação nas sociedades de tipo *ocidental*, que não é feita somente pela lógica da coerção, mas pelo consenso e aceitação na sociedade civil³⁰. Os *aparelhos privados de hegemonia* são os organismos sociais que representam os interesses dos atores que o compõem, configurando assim o conflito e o consentimento na luta pela hegemonia. Na dimensão cultural, estes aparelhos se relevam como meios de comunicação, literatura, folclore e outros campos estratégicos da cultura. Uma concepção popular do mundo e da vida estaria em uma “espontânea capacidade de aderir às condições materiais de vida e suas mudanças, tendo às vezes um valor político progressista, de transformação”³¹. A cultura popular aqui não é supervalorizada como nas concepções culturalistas, mas é reconhecida em sua representatividade sociocultural e possibilidade de operar na contra hegemonia.

²⁷ MARTÍN-BARBERO, 2009: 101.

²⁸ BAKHTIN, 1993.

²⁹ MARTÍN-BARBERO, 2009: 102.

³⁰ GRAMSCI, 2000b apud MONTAÑO & DURIGUETTO, 2011.

³¹ MARTÍN-BARBERO, 2009: 112.

Dessa forma, o popular abrange diferentes visões teóricas tanto sobre uma classe quanto sobre um grupo cultural, sobre consumidores e, mais ainda, sobre um grupo que também atua politicamente e produz significações. A Comunicação Popular possui, neste último ponto, uma raiz em comum com a Comunicação Comunitária.

2.3 Caminhos para a comunicação “alternativa” brasileira

A trajetória dos movimentos sociais populares no Brasil começou a apresentar maior vínculo com a comunicação ao final da década de 70³². Esses movimentos nasceram de uma opressão à participação política e de situações degradantes nas classes populares. Como forma de organização dessas classes, emergiram manifestações no âmbito da Comunicação Popular: em um país onde a censura era forte, os grupos oprimidos usavam panfletos, boletins e outros recursos para se expressar. O agravante de o país viver uma ditadura militar foi o impulsor dessa nova forma de resistência e luta através do discurso.

Com a reabertura política e a nova perspectiva do Brasil como país progressista e democrático, as tentativas de se fazer uma comunicação alternativa se multiplicaram. “Na prática, a Comunicação Comunitária por vezes incorpora conceitos e reproduz práticas tipicamente da comunicação popular em sua fase original e, portanto, confunde-se com ela, mas ao mesmo tempo outros vieses vão se configurando”³³. Porém, os pequenos meios que começam a surgir no final do século passado nem sempre possuem caráter anticomercial e comunitário. Seguindo a mesma lógica das grandes corporações, alguns veículos emergentes podem se configurar como “mídia local”, definida por Cicilia Peruzzo³⁴ como um tipo de mídia que teria um propósito na oportunidade lucrativa que o local apresenta, explorando nichos de mercado. Essa pode ser considerada uma tendência pós-globalização, que acontece também com grandes corporações: as empresas transnacionais passam a explorar diferenciadamente países ao redor do mundo, ou seja, mercados regionais:

³² PERUZZO, 1998.

³³ PERUZZO, 2006: 6.

³⁴ Ibidem.

Pode-se considerar, no mínimo, três qualificações ou contratendências principais. A primeira vem do argumento de Kevin Robin e da observação de que, ao lado da tendência em direção à homogeneização global, há também uma fascinação com a diferença e com a mercantilização da etnia e da "alteridade". Há, juntamente com o impacto do "global", um novo interesse pelo "local". A globalização (na forma da especialização flexível e da estratégia de criação de "nichos" de mercado), na verdade, explora a diferenciação local. Assim, ao invés de pensar no global como "substituindo" o local, seria mais acurado pensar numa nova articulação entre "o global" e "o local". Este "local" não deve, naturalmente, ser confundido com velhas identidades, firmemente enraizadas em localidades bem delimitadas. Em vez disso, ele atua no interior da lógica da globalização. Entretanto, parece improvável que a globalização vá simplesmente destruir as identidades nacionais. É mais provável que ela vá produzir, simultaneamente, novas identificações "globais" e *novas* identificações "locais"³⁵

Apesar de haver uma “impossibilidade de delimitar os objetos [de estudo] *comunitário e local* em fronteiras claramente demarcadas”³⁶ não se pretende aqui confundir os dois conceitos. Podem-se identificar dentre os veículos alternativos quais se diferenciam como comunitários por conta de sua forma de organização e conteúdo (não reproduzem a lógica e linguagem dos grandes meios) e de seus interesses, representatividade política e ambições (que se distanciam do capital e da lógica de mercado). Entende-se que uma diferença importante entre a mídia local e a Comunicação Comunitária está no fator de possibilidade de transformação social. A utilização da comunicação para conscientizar e motivar ações político comunicativas em uma comunidade é um modo de gerar uma luta por direitos e reconhecimento daquela minoria, o que, por si só, acarreta a possibilidade de pensar mudanças mais amplas na sociedade; portanto, instiga a mobilização social. Observa-se que um veículo comunitário pode ser um propulsor dessa mobilização, bem como também pode ser consequência dela, como aconteceu na primeira fase da comunicação popular, oriunda de movimentos sociais.

É interessante compreender que mesmo uma cultura popular de resistência não pode ser totalmente “pura”, distante do contato com os produtos de comunicação de massa. O jornalismo participativo, com os novos recursos da internet, é um exemplo de que os grandes meios também buscam se aproximar de grupos particulares. Porém, observa-se nessas mediações uma retratação ainda estereotipada sobre as comunidades e assuntos regionais, e

³⁵ HALL, 1998: 77.

³⁶ PERUZZO, 2006: 143

esse tem sido o motivo do surgimento de muitos meios comunitários contemporâneos – portanto, os movimentos sociais não são a única causa para reunirem grupos que desejam fazer uma comunicação alternativa. As abordagens dos grandes veículos ignoram a pluralidade contida nos territórios denominados favelas ou *comunidades* – os termos escolhidos por esses veículos também representam qual discurso oficial se quer proferir acerca do tema³⁷. O termo “favela” é usado pelos meios de comunicação brasileiros quando se quer destacar aspectos negativos, geralmente em associação à violência e ao tráfico de drogas, de um território que é desprovido de políticas públicas. Este uso está de acordo com o senso comum, e também com uma série de critérios elaborados pela ONG Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, que evidenciam o aspecto de incompletude de políticas e de ações do Estado nestes territórios.³⁸

O eixo de representação da favela é a noção da ausência. Ela é sempre definida pelo que não teria: um lugar sem infraestrutura urbana – sem água, luz, esgoto, coleta de lixo –, sem arruamento, sem ordem, sem lei, sem moral e globalmente miserável. Ou seja, o caos.³⁹

Quanto à legislação, em 1990 a Prefeitura do Rio sancionou a Lei Orgânica Municipal, que estabelecia o princípio de não-remoção das favelas, e em 1992 o Plano Diretor da Cidade estabeleceu uma política habitacional e planos de ação, além da primeira definição legal do termo “favela”:

Art. 147 - Para fins de aplicação do Plano Diretor (1992), favela é a área predominantemente habitacional, caracterizada por ocupação da terra por população de baixa renda, precariedade da infra-estrutura urbana e de serviços públicos, vias estreitas e de alinhamento irregular, lotes de forma e tamanho irregular e construções não licenciadas, em desconformidade com os padrões legais.⁴⁰

Já o uso de “comunidade” pressupõe um espírito coletivo de solidariedade e uma ação mais incisiva – e inclusiva – do governo no território: no Rio de Janeiro, cidade referencial da conjuntura social brasileira, o modelo de segurança pública concebido em 2008 com as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) disseminou o uso do conceito, pois, na teoria, um policiamento comunitário integral, junto a projetos sociais (executados pela “UPP

³⁷ PAIVA & NÓRA. In: PAIVA & SANTOS, 2008.

³⁸ SOUZA E SILVA *et al.*, 2009.

³⁹ SOUZA E SILVA & BARBOSA, 2005: 24.

⁴⁰ PLANO DIRETOR, 1992: 20

Social”) retirariam o controle daquele território favelizado do crime organizado e levaria aos moradores o acesso aos serviços urbanos.

Mesmo recebendo, dados os recentes confrontos e o novo plano de segurança, um pouco mais de atenção na grande mídia, as favelas cariocas têm sua representação ainda afastada do reconhecimento de quem vive ali, com reportagens ainda pautadas pelo eixo tráfico-violência e por favorecimento a remoções⁴¹. Assim, já se multiplicam grupos que desejam mostrar melhor a complexidade da realidade do território marginalizado e denunciar o lugar-comum em que caem os noticiários da mídia hegemônica. As experiências classificadas como “Comunicação Comunitária” exprimem, dessa forma, as contradições vividas no cotidiano urbano no que diz respeito às relações sociais, aos conflitos de classe nas esferas de poder e aos processos culturais de significação e de usos sociais da mídia.

⁴¹ PAIVA & NÓRA in: PAIVA & SANTOS, 2008

3. COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA E CONTRA HEGEMONIA

A comunidade se coloca dentro da sociedade civil como uma posição política, que se contrapõe, ainda que se relacione, com a sociedade. Mesmo em seus múltiplos sentidos, é necessário entender bem a posição em que se quer chegar antes de usar esse conceito. Não se deve defender uma utopia ultrapassada de paz e harmonia entre os indivíduos, pois assim *comunidade* seria um projeto nunca experienciado. Da mesma forma, a Comunicação Comunitária, que intrinsecamente está ligada politicamente ao que define comunidade e à questão de democratização dos meios de comunicação, não deve ser considerada em termos rasos e estigmatizados. Muitas vezes, ela se configura como um processo contra hegemônico na sociedade civil. Porém, é necessária uma visão dialética para entender o processo de transformações que esta prática carregou ao longo de sua história.

A busca de soluções para a desigualdade social em um micro-espço faz a sociedade civil se embrenhar em questões políticas, principalmente no que tange ao social. Porém, as estruturas criadas para substituir e/ou questionar o papel do Estado ainda estão dentro do sistema, seguindo leis e contratos, devendo-se ter o cuidado de não perderem sua razão de ser, sua coesão social. Neste capítulo, serão analisadas teorias acerca do conceito de comunidade, Comunicação Comunitária e hegemonia, buscando compreender como veículos de comunicação que nascem em comunidades, dentro de uma cultura popular, se inserem em uma luta política na sociedade civil.

3.1 Comunidade: definições e práxis

Entender comunidade abrange não só o seu conceito, mas a sua realidade. As reflexões teóricas acerca desse termo, explicitadas na análise de Paiva,⁴² resgatam pensamentos a partir do romantismo alemão, com a ligação epistemológica de comunidade a povo, nação, Estado e sociedade. A palavra alemã *Gemeinschaft* (comunidade), utilizada por

⁴² PAIVA, 2003.

Kant, está ligada à comunhão espacial em localidades específicas, a *folk society*. Porém, há também o entendimento do mesmo conceito na Psicologia e Sociologia como sendo um adversário da sociedade da racionalidade, sendo destacadas, na Psicologia, as relações sociais e a comunicação, e na Filosofia e Política, as ações coletivas e decisões participativas.

Ferdinand Tönnies, em seu livro *Comunidade e Sociedade*,⁴³ publicado originalmente em 1887, mas somente se tornando best-seller a partir da segunda edição em 1912, explora a antítese entre esses termos. Ele vê na comunidade (*Gemeinschaft*) a linguagem como responsável por colocar o grupo em consenso e disseminar valores e costumes em comum. Já na sociedade (*Gesellschaft*), a vontade prevalecida seria a individual, industrializada, diferente da sociedade rural. Além disso, a comunidade seria o ponto de partida do indivíduo. Nos moldes iluministas expressados por Tönnies, seria um tanto idealizada. “Ao influenciar os estudos de comunidade, a teoria de Ferdinand Tönnies contribuiu para o surgimento de seguidores e críticos, sendo que os mais severos se referem ao possível caráter ilusório ou romântico, dado o nível de perfeição atribuído à comunidade”⁴⁴.

Conjugar a comunidade como um conceito correspondente à perfeição é um hábito usado até hoje, que funciona de certa maneira como direcionamento das ações e dos desejos em comum. Como exemplo, o agir “recíproco e humano” é o que define comunidade, de acordo com Giovanni Gentile⁴⁵. Mas o conceito passou por várias apropriações, nem sempre significando um ideal a ser alcançado, por vezes com uma visão crítica de que a comunidade pode ter aspectos diferentes dependendo do contexto. Nas obras de Marx⁴⁶, por exemplo, é construída uma crítica a pequenas comunidades, principalmente as vinculadas à religião e à família. Ele defenderia o espírito de comunidade em uma situação hipoteticamente mais geral, como uma associação socialista, com uma lógica comunitária, entre todas as nações. A concepção de “comunidade universal” também é vista nas produções de Dascal e Zimmermann, de forma mais romântica.⁴⁷

Em virtude das múltiplas propostas advindas desses autores alemães e de outros pioneiros nessa discussão, pode-se resumir os conceitos clássicos de comunidade a partir dos seguintes critérios sistematizados por Peruzzo:

⁴³ TÖNNIES apud PAIVA, 2003.

⁴⁴ PERUZZO, 2006: 11.

⁴⁵ GENTILE apud PAIVA, 2003.

⁴⁶ MARX apud PAIVA, 2003.

⁴⁷ DASCAL & ZIMMERMANN, 1987, apud PERUZZO, 2006.

Numa leitura de conjunto, na tentativa de apresentá-la de forma didática e concisa, infere-se que, a partir dos clássicos, uma comunidade pressupõe a existência de determinadas condições básicas, tais como: a) um processo de vida em comum por meio de relacionamentos orgânicos e certo grau de coesão social; b) autossuficiência (as relações sociais podem ser satisfeitas dentro da comunidade, embora não seja excludente); c) cultura comum; d) objetivos comuns; e) identidade natural e espontânea entre os interesses de seus membros; f) consciência de suas singularidades identificativas; g) sentimento de pertencimento; h) participação ativa; i) locus territorial específico; e j) linguagem comum.^{48 49}

No entanto, o “território” virtual determinado pelos meios de comunicação vislumbra outras possibilidades de comunidade. Com os aparatos das TICs, a distância e o tempo são prescindidos pelas relações humanas, o que desloca o conceito de comunidade para o de um vínculo mais afetivo. Isso não exime o caráter agregador que um local pode apresentar, podendo ainda se ter comunidades formadas pela identidade e proximidade.

O sentimento de pertencimento, elemento fundamental para a definição de uma comunidade, desenha-se da localização: é possível pertencer à distância. Evidentemente, isso não implica a pura e simples substituição de um tipo de relação (face-a-face) por outra (a distância), mas possibilita a coexistência de ambas as formas, com o sentimento de pertencimento sendo comum às duas.⁵⁰

A territorialidade estaria mais ligada às comunidades tradicionais, que se utilizam do fator de proximidade das relações humanas. No caso dos meios de Comunicação Comunitária que surgem em casos de relacionamentos orgânicos que compartilham sentimentos e interesses no cotidiano de favelas cariocas, que surgiram muitas vezes a partir do êxodo rural, tendo algo em comum com comunidades rurais⁵¹, é este tipo mais tradicional de comunidade que está em voga.

3.2 Comunitária como classificação para veículos de comunicação

⁴⁸ PERUZZO, 2006: 13.

⁴⁹ Peruzzo ressalta que não é necessário que todos os critérios apareçam para uma comunidade ser legítima.

⁵⁰ PALÁCIOS apud PERUZZO: 13-14.

⁵¹ ERNANDEZ, 2012.

Para compreender os veículos de Comunicação Comunitária como uma categoria específica e *minoritária* dentro do campo da comunicação, é preciso conjugar análises do contexto histórico-social em que tal “categoria” surge com percepções sobre seu desenvolvimento cotidiano.

É importante que se entenda que a mídia comunitária se refere a um tipo particular de comunicação na América Latina. É aquela gerada no contexto de um processo de mobilização e organização social dos segmentos excluídos (e seus aliados) da população com a finalidade de contribuir para a conscientização e organização de segmentos subalternos da população visando superar as desigualdades e instaurar mais justiça social. Inicialmente ela se configurou como uma comunicação alternativa e que assim foi chamada – e continua sendo em muitos lugares – mas que recebeu várias outras denominações como comunicação participativa, comunicação horizontal, comunicação popular etc. A expressão Comunicação Comunitária é de uso recente, certamente numa tentativa de se dar conta às transformações nesse âmbito, ou seja, da passagem de uma comunicação mais centrada no protesto e na reivindicação e muito ligada aos movimentos populares para uma comunicação mais plural e de conteúdo abrangente.⁵²

Dessa forma, o conceito de Comunicação Comunitária já sofreu transformações. Tendo uma definição em comum com a mídia popular e alternativa, caracteriza um processo de comunicação com origem nos grupos subalternos da sociedade, nos movimentos populares (no contexto latino-americano) nos anos 1970 e 1980.

A comunicação popular foi também denominada de alternativa, participativa, horizontal, comunitária e dialógica, dependendo do lugar social e do tipo de prática em questão. Porém, o sentido político é o mesmo, ou seja, o fato de tratar-se de uma forma de expressão de segmentos excluídos da população, mas em processo de mobilização visando atingir seus interesses e suprir necessidades de sobrevivência e de participação política.⁵³

Nas últimas décadas, o uso do termo *comunitária* convencionou-se na América Latina para designar este tipo de prática, que sofreu transformações por conta do processo de luta política dos movimentos sociais, que se segmentaram e passaram a adotar diferentes estratégias.

Oportuno considerar que, num ambiente democrático, caracterizado por eleições diretas e mais liberdade de organização e de expressão no conjunto da sociedade, as lutas por comunicação, simbolizadas pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), obtiveram relevantes

⁵² PERUZZO, 2000: 149

⁵³ PERUZZO, 2006: 02

conquistas. Alterou-se também o processo de ação e de concepção da comunicação no contexto dos movimentos populares proporcionando o surgimento de formas mais plurais, avançadas e ágeis de comunicação. De uma comunicação dirigida a pequenos grupos e centrada nos aspectos combativos dos movimentos populares, passou-se – aos poucos – a ampliar seu alcance por meio da incorporação de meios massivos, principalmente de radiodifusão, e, portanto, de novos conteúdos e linguagens.⁵⁴

Ou seja, movimentos sociais pautados por causas minoritárias, e até organizações que não se proclamam como movimentos, se mobilizam através da comunicação para defender interesses em comum. No caso da Comunicação Comunitária de favelas – tema central deste trabalho – podem ser interesses locais, de uma classe econômica desfavorecida e/ou de quem deseja multiplicar vozes no cenário de concentração da mídia brasileira.

Faz-se necessário, no entanto, considerar que a caracterização de meios de comunicação comunitários não deve se configurar em um delineamento rígido de critérios excludentes, visto que esses meios foram e são fruto de um processo histórico de décadas, em que cada vez surgem outros tipos de luta, mais transformações culturais e outras formas de se reunir e protagonizar ações. Há uma flexibilidade naquilo que pode ser chamado hoje em dia de “Comunicação Comunitária”, sendo mais interessante, em vez de identificar quais veículos estão dentro ou fora do círculo, analisar os processos que o envolveram.

O maniqueísmo desproblematiza. Quando concentramos nossas energias reflexivas na complicada questão da autenticidade, perdemos a chance de utilizar a força das contradições para compor a análise. Sem dúvida, são inúmeros os casos de deturpação das iniciativas de Comunicação Comunitária, e os estudos da área não podem vilipendiá-los, sob o risco de ver dissolvido seu objeto de análise. Mas acreditamos que a utilização de critérios eliminatórios baseados no que seria um modelo de mídia comunitária, pouco ou nada contribui para essa questão, já que nos faz perder de vista a dimensão criativa e multifacetada que esses meios assumem.⁵⁵

Desse modo, os meios de Comunicação Comunitária são importantes objetos de estudo para revelar e compreender situações maiores em nossa sociedade, estando inseridos dentro de uma dinâmica cultural, societária e refletindo relações de poder.

⁵⁴ Ibidem: 05

⁵⁵ MALERBA in PAIVA & SANTOS, 2008

3.3 O processo contra hegemônico de veículos comunitários

Oriundo de uma cidade provinciana da Itália, e buscando compreender, no contexto do pós-guerra, por que as pessoas não se revoltavam contra a ordem vigente, o cientista político Antonio Gramsci debruçou-se sobre o capitalismo em sua fase monopolista, desenvolvendo em seu período de prisão (1926 – 1937) uma teoria original sobre a sociedade civil e sua relação com o Estado⁵⁶, a partir de conceitos fundamentais de Marx, Engels e Lênin.

Gramsci visualizou um cenário complexo nas relações de poder e nas organizações de interesses, o que o levou a denominar uma nova dimensão na vida social: a sociedade civil.

A sociedade civil em Gramsci é assim composta por uma rede de organizações (associações, sindicatos, partidos, movimentos sociais, organizações profissionais, atividades culturais, meios de comunicação, sistema educacional, parlamentos, igrejas, etc.). É uma das esferas sociais em que as classes se organizam e defendem seus interesses, em que se confrontam projetos societários, na qual as classes e suas frações lutam para conservar ou conquistar hegemonia.⁵⁷

Dessa forma, com o conceito de Estado ampliado, Gramsci entende que Estado não engloba somente a concepção marxista de um aparelho repressivo que legitima a dominação da burguesia. Agora, principalmente nas sociedades “de tipo ocidental”, ele inclui, além da “sociedade política”, a esfera da sociedade civil, onde ocorrem mediações que estabelecem certo consenso, que configuram a hegemonia de uma classe através de mecanismos de convencimento e dispositivos chamados *aparelhos privados de hegemonia*. “Estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só se justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados”⁵⁸. Através dos aparelhos privados de hegemonia, que são organismos sociais ideológicos representantes de interesses de um grupo, é possível instaurar uma subordinação dos outros grupos a seu modo de vida e produção.

⁵⁶ GRAMSCI, 2000a, 2000b, 2001a, 2001b, 2002 apud MONTAÑO & DURIGUETTO, 2011.

⁵⁷ MONTAÑO & DURIGUETTO, 2011: 43.

⁵⁸ GRAMSCI: 2000b: 331 apud MONTAÑO & DURIGUETTO, 2011: 43 .

Porém, a hegemonia não exclui a ocorrência de contradições e conflitos na sociedade civil. Existem, assim, forças contra hegemônicas que lutam para conquistar espaços na sociedade civil. De acordo com Gramsci, um processo revolucionário só seria possível através desse processo ético político, configurando uma “Guerra de Posição”⁵⁹. Portanto, “não há hegemonia, mas sim que ela se faz e desfaz, se refaz permanentemente num 'processo vivido', feito não só de força mas também de sentido, de apropriação do sentido pelo poder, de sedução e de cumplicidade”⁶⁰

Sabendo-se que os meios de comunicação são importantes mediadores de sentido na sociedade civil, e que se inserem no plano cultural que configura a hegemonia, é notável que, na conjuntura social brasileira já explicitada neste trabalho, os veículos de Comunicação Comunitária

surgem como uma possibilidade de que novos sentidos sejam agenciados nas esferas de negociação do poder: indivíduos historicamente excluídos do processo comunicacional têm a chance de que suas demandas passem a circular na sociedade através de suas próprias enunciações.⁶¹

Dessa forma, os conflitos existentes em uma luta pelo poder (e direito) da fala se encaixam dentro da concepção de Gramsci de sociedade civil e hegemonia. Os meios de comunicação funcionam como aparelhos privados de hegemonia, e, no Brasil, a concentração desses meios em mãos de poucos conglomerados comerciais e sua vantagem dentro da legislação e das ações arbitrárias do Estado, demonstra a dificuldade de se estabelecer uma resposta contra hegemônica da classe trabalhadora e dos grupos de interesse desfavorecidos (as minorias de gênero, sexualidade, etnia, etc.). Porém, as tentativas têm-se multiplicado, configurando um importante movimento de multiplicação de vozes e resistências à falta de democracia dos meios de comunicação.

Os veículos alternativos incluem-se assim na categoria dos aparelhos privados de hegemonia de Gramsci: atuam na sociedade civil como organismos coletivos de natureza voluntária, relativamente autônomos em face do Estado em sentido estrito e gerados pela moderna luta de classes.⁶²

É necessário salientar que contra hegemonia não pressupõe, necessariamente, o processo contrário à hegemonia: no caso dos meios de comunicação, por exemplo, não significa que

⁵⁹ GRAMSCI, 2000a: 261-262 MONTAÑO & DURIGUETTO, 2011: 46.

⁶⁰ MARTÍN-BARBERO, 2009: 112.

⁶¹ MALERBA in PAIVA & SANTOS, 2008: 153.

⁶² MORAES in COUTINHO, 2008: 45.

veículos comunitários pretendam conseguir uma dominação ideológica ou formar redes de oligopólio.

A radicalidade do que pode se configurar como contra-hegemônico talvez resida no fato de não se desejar nunca o lugar de sujeito hegemônico, no fato de a contra-hegemonia se orientar por uma razão fundamental que se configure de modo contrário e oposto à hegemonia. É uma contraposição que pode vir acompanhada de ações e atuações no cotidiano, que pode e deve vir acompanhada de uma reflexão contundente sobre o *status quo*, e que, necessariamente, vem harmonizada com o desejo de recusa da situação dominante.⁶³

Levando-se em conta essas questões, afirmar o caráter contra hegemônico dos veículos de Comunicação Comunitária significa reconhecer seu papel político dentro da sociedade civil, papel que se processa em outra lógica e que promove cotidianamente a *possibilidade* de uma tomada de consciência sobre a comunicação brasileira, bem como explicita a falta de representatividade e a pirâmide de poder inerentes à lógica hegemônica na qual a comunicação veio se constituindo.

⁶³ PAIVA in COUTINHO, 2008: 165.

4. JORNAL A NOTÍCIA POR QUEM VIVE

O jornal comunitário *A notícia por quem vive* constitui uma experiência de Comunicação Social, desde 2011, de moradores da Cidade de Deus, favela situada na região oeste do município Rio de Janeiro. Além disso, é também uma experiência de pesquisa e extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro, visto que membros do Núcleo de Solidariedade Técnica⁶⁴ (Soltec) da UFRJ acompanham o grupo de moradores em um projeto de extensão e que, antes mesmo de o jornal ter sido criado, já foram realizados outros trabalhos no território.

A experiência do jornal foi sendo construída em um contexto excepcional: a iniciativa surgiu após um período de articulação entre organizações da comunidade em torno de um Portal Comunitário na internet (também sendo um projeto de extensão), o que suscitou entre os participantes a ideia de se ter um curso sobre análise crítica dos meios de comunicação. A universidade viabilizou o curso, no qual o trabalho final foi a produção da primeira edição do jornal. Dessa forma, a junção do trabalho acadêmico com a mobilização dos moradores é o que dá ao jornal características marcantes.

Neste capítulo, será narrada a trajetória desta organização até o início de 2013, considerando o contexto histórico e social em que se desenvolveu, além de se fazer uma análise sobre questões comunitárias e problemáticas que surgiram ao longo da trajetória. Serão tomadas como base para o resgate histórico produções acadêmicas de autores que já participaram de projetos anteriores na Cidade de Deus, com moradores do mesmo *grupo de interconhecimento*⁶⁵: Marília Alves Gonçalves e Celso Alexandre Souza Alvear.

⁶⁴ Programa da Pró-reitoria de Extensão da UFRJ (PR5), com sede no Centro de Tecnologia da UFRJ. Surgiu em 2003, por iniciativa de alunos de Engenharia de Produção, se tornando, mais tarde, um núcleo interdisciplinar com equipe formada por graduandos, graduados, mestrandos, doutorandos e docentes.

⁶⁵ “Meio ou grupo de interconhecimento designa um conjunto de pessoas em relação direta umas com as outras ou, mais exatamente, que dispõe umas sobre as outras de um certo número de informações nominais” In: MAGET apud BEAUD & WEBER: 2007: 192

4.1 A Cidade de Deus

O projeto de construção de um bairro situado entre o Largo da Freguesia e a Barra da Tijuca, a se chamar Cidade de Deus e com a intenção de abrigar mão de obra para o desenvolvimento da então recente parte nobre da cidade (litoral oeste), foi concebido e aprovado em 1964 como um projeto urbanístico inovador⁶⁶. A equipe técnica do Banco Nacional de Habitação (BNH), liderada pelo arquiteto italiano Giuseppe Badolato, era a mesma que havia projetado os núcleos Vila Aliança (Bangu), Vila Kennedy (Senador Camará) e Vila Esperança (Vigário Geral). Sobre um terreno de 70,14 hectares, eram previstas 3.053 habitações a serem vendidas a preços baixos para uma população de baixa renda, áreas de convívio e lazer e todos os serviços urbanos necessários, objetivando uma mudança social através da vida comunitária. A Cidade de Deus seria o modelo do novo Programa Habitacional do governo militar.

As obras começaram em 1965 e foram construídas 1.500 habitações até janeiro de 1966, quando o Rio de Janeiro passou por uma das maiores tragédias de sua história: uma série de chuvas deixou milhares de famílias desabrigadas, principalmente em morros da Zona Sul da cidade. A partir de então, foram feitos estudos emergenciais para que houvesse condições de transferir os desabrigados para a Cidade de Deus inacabada. Sem o início das obras de infraestrutura, foram construídos banheiros coletivos e vagões de ocupação transitória, financiados pela Aliança para o Progresso (AP). Em março do mesmo ano, as casas foram ocupadas e as obras ainda continuaram até duplicar o número de habitações. Porém, os terrenos ao redor do bairro também foram usados por famílias de desabrigados, formando construções precárias chamadas popularmente de “barracos”. Sem infraestrutura, com casas inacabadas e com a entrada do tráfico de drogas, a região ficou conhecida como “favela”.

Em muitos conjuntos financiados com recursos públicos e concebidos durante a existência do BNH (1964-1986) como “solução” para o problema das favelas em particular, ocorreu um verdadeiro processo de favelização, do qual o exemplo mais gritante é a Cidade de Deus, no Rio de Janeiro.⁶⁷

⁶⁶ Informações retiradas de uma entrevista da integrante do jornal, Rosalina Britto com o arquiteto Giuseppe Badolato. Disponível em: <http://cidadededeus-rosalina.blogspot.com.br/2011/05/verdadeira-historia-da-cidade-de-deus.html> Acessado em 26 de fevereiro de 2013.

⁶⁷ SOUZA E SILVA *et al*, 2009: 55.

De acordo com o Censo 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Cidade de Deus teria uma população de cerca de 45 mil pessoas, sendo consideradas 5.075 moradores de “aglomerados subnormais” (definição dada pelo IBGE para as favelas). Esses aglomerados, segundo o IBGE, não incluem conjuntos habitacionais regularizados, sendo consideradas apenas as ocupações irregulares de terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) desprovida de serviços públicos e essenciais; por isso a discrepância entre os números do total de habitantes e os considerados moradores de favelas do bairro Cidade de Deus (que, segundo o IBGE, são nove: Santa Efigênia, Travessa Efraim, Sítio da Amizade, Rua Moisés, Moquiço, Conjunto Vila Nova Cruzada, Vila da Conquista, Pantanal 1, e Pantanal). Há, no entanto, um levantamento feito pelos moradores indicando aproximadamente 65 mil habitantes em toda a região.

4.2 Organizações Sociais de Base Comunitária e Portal Comunitário da Cidade de Deus

Em 2008, foi criado na Cidade de Deus um Portal Comunitário, fruto da pesquisa de dissertação de Celso Alexandre Souza Alvear “A formação de redes pelas organizações sociais de base comunitária para o desenvolvimento local: um estudo de caso da Cidade de Deus”⁶⁸, em que foram mapeadas dezesseis Organizações Sociais de base Comunitária (OSBCs)⁶⁹, com o objetivo de entender o relacionamento entre as organizações locais, e verificar de que forma os relacionamentos influenciavam no desenvolvimento local. O pesquisador, membro do Núcleo de Solidariedade Técnica da UFRJ, trabalhava, na época, no projeto Inclusão Produtiva de Jovens na Cidade de Deus. Dessa forma, seu contato com a instituição Centro de Estudos e Ações Sociais e de Cidadania (CEACC), onde ocorriam a maioria das reuniões do projeto, foi importante para iniciar a pesquisa.

⁶⁸ ALVEAR, 2008.

⁶⁹ O termo “organizações sociais de base comunitária” (OSBCs) se refere a organizações não governamentais de atuação local, geralmente determinadas a resolver problemas da comunidade, formada pelos próprios moradores (ALVEAR, 2008: 25)

4.2.1 O desenvolvimento da pesquisa com as OSBCs

O pesquisador conseguiu manter contato com quinze das dezesseis organizações mapeadas, e identificou mais duas durante o período de validação, quando não havia mais tempo hábil para aplicar a elas todos os procedimentos da pesquisa. Grupos que não atendiam aos critérios das OSBCs não foram considerados, como “bondes de funk” e pastorais: os primeiros, pelo critério de “organizações organizadas formalmente” e o segundo, pelo critério “organizações autogeridas”. As quinze OSBCs pesquisadas foram:

- ASVI – Associação Semente da Vida da Cidade de Deus
- Grupo Alfazendo
- CECFA – Centro Educacional Criança Futuro Adolescência
- Comitê da 3ª Idade (Ação da Cidadania)
- ABOSEP – Associação Beneficente Obra Social Estrela da Paz
- Conselho Comunitário Gabinal Margarida
- Lente dos Sonhos
- Ginga – Associação Cultural Capoeira Ginga Brasil
- Casa de Santa Ana (Razão Social: Centro Dia Santa Ana)
- CEDEDUCOM – Centro de Desenvolvimento Educacional Comunitário
- OSAMI – Obra Social de Apoio ao Menor e ao Idoso.
- Grupo Teatral Raiz da Liberdade
- CEACC – Centro de Estudos e Ações Culturais e de Cidadania
- Aliança Ariri - Lilirca (Liga Litoral Rio Capoeira)
- AMUNICOM – Associação de Moradores União Comunitária da Cidade de

Deus

É importante acrescentar que no início de 2003, após o longa de grande bilheteria *Cidade de Deus*⁷⁰, foi criado o Comitê Comunitário da CDD, com o intuito de transformar a imagem negativa criada pelo filme.

Seu objetivo era articular as diversas iniciativas sociais existentes na CDD e lutar para trazer mais investimentos para a região. Esse comitê foi originalmente composto por 17 instituições existentes na CDD e realiza reuniões semanais em sede própria⁷¹.

O filme baseado no livro homônimo de Paulo Lins retrata apenas a região da Cidade de Deus, com cenas de horror e violência como consequência do tráfico de drogas daquele bairro. Criou-se uma repercussão nacional e internacional, tendo o filme sido indicado ao prêmio Oscar. Dessa forma, o estigma que se criou não foi bem aceito pelos moradores, que relatam serem vítimas de preconceito e até terem empregos perdidos por conta de uma espetacularização do cinema.

A organização do Comitê era formada por algumas das organizações supracitadas: Abosep; Alfazendo; Aliança Ariri; Amunicom; CEACC; CECFA; Cededucom; Comitê da 3ª Idade e Conselho Comunitário Gabinal Margarida. “Porém, na prática, apenas algumas destas organizações participam efetivamente das reuniões do Comitê.”⁷² O autor percebeu certa falta de integração entre as organizações, o que dificultaria o pleno sucesso de suas ações e do desenvolvimento local. Para Celso, ocorriam equívocos nos juízos de valor que algumas instituições tomavam sobre as outras, e, em alguns casos, elas nem sequer se conheciam.

Muitas organizações reclamaram do centralismo e da falta de democracia no Comitê, afirmando também que apenas estas poucas organizações no poder colhiam os frutos. Por outro lado, estas organizações que têm um papel predominante reclamam das organizações com menor maturidade, por terem uma visão muito assistencialista. Dessa forma, foi criada uma grande distância entre esses dois grupos de organizações⁷³.

Desse modo, os moradores envolvidos no trabalho social em geral adotavam uma postura de desconfiança e até de competição com relação às outras organizações da Cidade de Deus, muitas vezes possuindo melhor relação com organismos de fora da favela:

⁷⁰ *Cidade de Deus*. MEIRELLES, Fernando. Brasil: 2002. 135 minutos.

⁷¹ ALVEAR, 2008: 86.

⁷² Ibidem: 89

⁷³ ALVEAR, 2008: 104

As organizações entrevistadas realizam a maior parte de suas relações com organizações de fora da CDD. Mais especificamente, essas organizações estabelecem relações com empresas, para obter recursos financeiros ou materiais, ou com outras ONGs, para trocar informações. Como dão mais importância às relações com empresas, parece que atualmente estão mais focadas em conseguir recursos do que em melhorar a qualidade de seus trabalhos.⁷⁴

Este foco em captação de recursos é interpretado pelo autor como uma visão imediatista por parte das organizações. Geralmente, espaços em que se poderiam discutir políticas públicas e situações de longo prazo, como o Comitê, eram mal aproveitados, enquanto outros espaços semelhantes, como reuniões organizadas mensalmente pela ASVI, eram melhor usufruídos, porém com foco em troca de informações e em discussões específicas de projetos. Conclusões como estas foram os primeiros resultados de duas análises: Análise de Redes Sociais (ou S.N.A.: *Social Network Analysis*), método quantitativo utilizado na pesquisa, e uma análise de entrevistas e diário de campo, como métodos qualitativos. Ao final da dissertação, Celso apresentou seis fatores de dificuldade na contribuição da rede de OSBCs da Cidade de Deus para o desenvolvimento da comunidade: o baixo volume de troca de informações entre as organizações; rede pouco ou nada capilarizada com a base (moradores); visão distorcida de políticas públicas e dificuldades de relação com os governos; pouca conexão com movimentos sociais mais amplos; trato das questões sociais de modo desarticulado das questões econômicas e visão excessiva de curto prazo⁷⁵. Especialmente no ponto sobre pouca conexão com movimentos sociais, Celso faz considerações importantes:

O distanciamento das OSBCs da Cidade de Deus dos grandes movimentos sociais segue a tendência dos anos 1990 (MONTAÑO, 2003, p. 271). A baixa participação em grandes fóruns e redes temáticas e a relação de passividade frente ao Estado são evidências deste fato. As OSBCs têm pouca ou quase nenhuma relação com os grandes movimentos sociais ligados às questões de etnia, gênero e classe [...] Segundo a distinção entre coletivo em rede e movimento social (SCHERER-WARREN, 2005, p. 35-36), o que se encontra na Cidade de Deus é um coletivo em rede. Mesmo assim, esse coletivo se encontra ainda fracamente articulado, pois a difusão de conhecimento é muito baixa e não há nenhuma estratégia coletiva claramente definida.⁷⁶

⁷⁴ Ibidem: 100

⁷⁵ Ibidem: 120 – 121.

⁷⁶ Ibidem: 115, 116.

Além deste diagnóstico, sua pesquisa sugeriu propostas de encaminhamento para solucionar as questões apresentadas – entre elas, a possibilidade de criação de um “portal das iniciativas sociais da Cidade de Deus”⁷⁷. O objetivo seria divulgar os projetos da CDD e melhorar a comunicação entre as organizações, estimulando a cooperação e atuação conjunta. Outras propostas complementares eram pesquisas junto ao público, sistematização dos dados e compartilhamento destes entre as ONGs. Mídias comunitárias, além do portal, como jornais e revistas, também poderiam ser consideradas ferramentas para divulgar o trabalho das organizações. Outras propostas no que diz ao relacionamento com o Estado foram: cursos e articulações internas em redes temáticas; fóruns e conselhos. Por fim, Celso propôs a discussão de formas de créditos para os empreendimentos locais, como estímulo à economia local, e o uso do Comitê Comunitário e da Agência de Desenvolvimento como estruturas que auxiliem na busca por opções de sustentação das organizações, diminuindo o risco de cooptação empresarial e cooptação política.

Na ocasião da defesa da dissertação, estiveram presentes sete representantes das OSBCs pesquisadas. A proposta do portal já havia sido apresentada como um projeto de extensão do Soltec, e nesta ocasião de defesa também foi aprovada por esses representantes. A partir de então, iniciou-se o trabalho de elaboração do Portal Comunitário da Cidade de Deus.

4.2.2 O projeto do Portal Comunitário da CDD

Este projeto de extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro foi aprovado dentro de um projeto mais amplo, chamado “Tecnologias da Informação para Fins Sociais” (TIFS), executado pelo Núcleo de Solidariedade Técnica (Soltec). O Portal foi idealizado como um espaço de troca entre as associações, já que necessitava de reuniões periódicas e se tratava de uma construção coletiva. “A intenção era possibilitar a formação de parcerias entre os grupos, agregando valor para as ações e promovendo desenvolvimento do território”⁷⁸. Já que as organizações sociais de base comunitária atuam em prol da resolução de problemas da

⁷⁷

Ibidem: 122.

⁷⁸

GONÇALVES, 2010: 11.

mesma localidade, seus interesses são em grande medida convergentes e, através de um projeto em conjunto, a pressão de suas reivindicações seriam mais fortes e otimizariam o desenvolvimento.

Porém, na visão das instituições, a prioridade daquele espaço era a de divulgação do trabalho que faziam, de acordo com a análise de Marília Alves Gonçalves⁷⁹, integrante do Soltec que começou a participar do projeto em 2009. Como a representação daquela comunidade na mídia comercial era bastante negativa, a maioria dos participantes do portal queria sobretudo mostrar que a Cidade de Deus também possuía “coisas boas”. Logo, pode-se questionar a sua contribuição efetiva para a elevação da condição das organizações de um “coletivo” para um movimento social – já que, para tanto, esta iniciativa deveria estar acompanhada de outras ações. Entretanto, o portal pôde contribuir para a tomada de consciência sobre os interesses da grande mídia e sobre a importância da apropriação desses instrumentos e das novas T.I.Cs pelos próprios moradores, a fim de valorizar a cultura local e construir uma outra imagem dentro e fora da comunidade, bem como suas demandas ganharem maior peso político.

A metodologia utilizada pelos pesquisadores na construção coletiva do Portal foi baseada em práticas de pesquisa participativa, em particular a pesquisa-ação – do mesmo modo como foi construído o jornal, o que será detalhado posteriormente. Dessa forma, não havia uma divisão entre pesquisadores e “pesquisados”: o diagnóstico dos problemas e planejamento das ações eram decididos em conjunto nos encontros. Por este motivo, foi necessário um longo período de reuniões, durante todo o ano de 2008, para montar a estrutura do site e seu regulamento. O Portal foi ao ar no dia 18 de abril de 2009.

Ele é construído, portanto, no sentido de garantir a autonomia e participação plena dos setores locais, de forma que, com o fim do suporte dado pela Universidade através do SOLTEC, o produto possa continuar funcionando como um meio de comunicação da Cidade de Deus, gerido pelos seus moradores, independente de qualquer ator externo.⁸⁰

De acordo com Marília, antes do lançamento do Portal, em janeiro de 2009, o grupo se deu conta de que faltava no projeto um viés da Comunicação Social, para trabalhar o conteúdo a ser disposto no site. Além do pesquisador supracitado Celso Alvear, formado em engenharia eletrônica, havia uma bolsista da mesma área no projeto. Apenas a partir de janeiro

⁷⁹ Ibidem.

⁸⁰ Ibidem: 13.

começaram a participar das reuniões pesquisadores da área de comunicação: a então graduanda Marília Gonçalves e a jornalista Sandra Mayrink. Com uma atuação de “agentes externos”, elas buscaram compreender as demandas e interesses dos representantes das instituições e se havia necessidade de atividades de capacitação. Entendendo que havia esta necessidade, foram realizadas formalmente cinco atividades ao longo de 2009: oficina sobre técnicas básicas de entrevista; participação de sete integrantes do Portal em uma palestra sobre técnicas de entrevistas com professora da Escola de Comunicação; uma das aulas do curso anual de Comunicação Comunitária do Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC), sobre fotografia, realizada na Cidade de Deus; palestra sobre jornalismo popular da coordenadora do NPC realizada na Agência de Desenvolvimento Local da CDD; e, por fim, uma oficina de texto jornalístico ministrada por Marília Gonçalves.

Já em 2010, foi realizado o curso de extensão “Análise crítica dos meios de comunicação” na sede da ASVI, durante os meses de maio, junho, agosto e setembro. As 50 vagas disponibilizadas foram abertas a moradores de comunidades cariocas e estudantes de comunicação. De todos os inscritos, 13 moradores da Cidade de Deus concluíram o curso.

O curso, inicialmente pensado para os participantes do Portal, tomou dimensão maior que a planejada e acabou dando origem à produção de um jornal impresso chamado “A Notícia Por quem Vive”. O jornal foi distribuído pelos alunos no Fórum Comunitário da Cidade de Deus, realizado no dia 16 de outubro de 2010⁸¹

Organizado pelo Soltec, o curso obteve parceria do Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária da UFRJ (Lecc) e do NPC. Alguns dos convidados a dar aulas neste foram Claudia Santiago e Vito Gianotti (do NPC), Pablo Laignier (Lecc) e Gizele Martins (do jornal comunitário da Maré “O Cidadão”). Os organizadores e professores trabalharam como voluntários. Foi montado um *blog* durante o curso para discussões, divulgação de fotos e observações.⁸² Foi dessa forma que surgiu o jornal objeto de análise deste estudo, já que os moradores decidiram continuar com a iniciativa mesmo após o término do curso. O Núcleo de Solidariedade Técnica da UFRJ dividiu, então, a linha de pesquisa Tecnologia para Fins Sociais em duas vertentes: a do Portal Comunitário e a do jornal, que

⁸¹ Ibidem: 15.

⁸² Disponível em: <http://www.anoticiaporquemvive.blogspot.com.br/> Acessado em 6 de fevereiro de 2013.

passou a contar com Marília Gonçalves como coordenadora, além de mais duas bolsistas da Escola de Comunicação da UFRJ: Elis de Aquino e Renata Melo.

Dado o exposto, considera-se que o Portal de fato contribuiu para a articulação de uma rede de atores sociais interessados em mudar a representação da comunidade e em gerir suas próprias mídias locais, bem como formar relações mais integradas. Nas reuniões do Portal, além de discutir assuntos relativos ao próprio site, como produção de textos, questões administrativas e políticas internas, os representantes das organizações e os pesquisadores também aproveitavam este espaço para debater assuntos mais gerais da comunidade, como a então recente implantação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). De forma semelhante, começaram a ser conduzidas, em paralelo, as reuniões do jornal.

4.3 Comunidade e Universidade

Antes de atentar às questões comunitárias e midiáticas que envolvem o jornal, é necessário estabelecer o papel da universidade neste tipo de projeto. Como instituição pública e autônoma, ela possui as atividades de ensino, pesquisa e extensão como um tripé para a contribuição intelectual e de desenvolvimento social à sociedade.

Os pesquisadores do Núcleo de Solidariedade Técnica da UFRJ compartilham o entendimento de que as ações de extensão nunca devem estar desacompanhadas da pesquisa e formação, tampouco se configurar como ações assistencialistas. Nas pesquisas participativas realizadas pelo Núcleo, onde há espaço para todos os setores da comunidade acadêmica (graduandos, pós-graduandos, professores e técnicos) e para os atores externos da sociedade civil, as principais metas são diagnosticar problemas enfrentados no cotidiano dos grupos trabalhados e, de forma coletiva, elaborar ações que resolvam entraves e que desenvolvam socialmente esses grupos. As ações do Núcleo são feitas priorizando o desenvolvimento local de comunidades (o que engloba não só favelas, mas comunidades quilombolas e de pescadores, por exemplo). A autora deste trabalho começou a participar do projeto de pesquisa e extensão designado “Comunicação Comunitária”, o qual trata especificamente do jornal A

notícia por quem vive, em abril de 2012. Utilizamos como norte a pesquisa-ação, detalhada na produção teórica de Michel Thiollent:

De acordo com a postura tradicional, muitos pesquisadores consideram que, de um lado, os membros das classes populares não sabem nada, não têm cultura, não têm educação, não dominam raciocínios abstratos, só podem dar opiniões e, por outro lado, os especialistas sabem tudo e nunca erram. Este tipo de postura unilateral é incompatível com a orientação “alternativa” que se encontra na pesquisa-ação (e pesquisa participante).⁸³

A pesquisa-ação se dá em campo, de maneira participativa, dividindo-se em etapas, que, no caso do jornal, se alternam de forma cíclica:

- Fase exploratória (quando são feitos diagnósticos);
- Colocação dos problemas (quando há um debate horizontal);
- Hipóteses;
- Observação e coleta de dados;
- Aprendizagem (processo em conjunto de pesquisadores e atores sociais);
- Plano de ação;
- Divulgação externa (trabalhos apresentados e publicados).

Nesse sentido, o Soltec realiza o trabalho de extensão a partir da demanda e do desejo coletivo da comunidade, no intuito de dar ferramentas para a autonomia do grupo. Atualmente, uma jornalista pós-graduanda e duas bolsistas graduandas acompanham a produção do jornal, participando das reuniões quinzenais do grupo e utilizando o método de observação participante (com a produção de diários de campo) para diagnosticar situações, enquanto também agem no sentido de orientar demandas da produção do jornal das quais os integrantes ainda não possuem domínio, como a revisão de textos e diagramação das edições. Também é dado um suporte a questões técnicas e burocráticas enfrentadas pelo grupo. Deste modo, o trabalho feito pelas pesquisadoras pode tomar diferentes contornos a partir de transformações e necessidades que surgem no cotidiano do jornal (como será visto adiante).

Também são feitas reuniões semanais entre as pesquisadoras para a discussão de questões teóricas que envolvem a bibliografia utilizada para a pesquisa. “Embora privilegie o lado empírico, nossa abordagem nunca deixa de colocar as questões relativas aos quadros de referência teórica sem os quais a pesquisa empírica – de pesquisa-ação ou não – não faria

⁸³

THIOLLENT, 1986: 67.

sentido”⁸⁴. Essas reuniões são importantes para compreendermos melhor a metodologia que nos propomos a usar, e para exercer uma autocrítica e reavaliação constantes. Com base no livro “Guia para pesquisa de campo”⁸⁵ foram considerados métodos da etnografia, como a observação e as “questões-teste” (faz-se em dada situação uma hipótese sobre o ponto de vista de alguma pessoa do grupo, colocando em seguida uma questão para que a hipótese seja confirmada ou não). Nossas referências têm se pautado em, além de questões metodológicas, assuntos relacionados às áreas de ciências sociais aplicadas, tais como: níveis de participação nas organizações sociais e formas de sustentação de veículos comunitários.

A opinião dos moradores também é fundamental para as análises e construção das ações. Este fator é comumente desconsiderado, tanto em trabalhos acadêmicos como em políticas destinadas às comunidades, o que acarreta problemas nos resultados efetivos dos projetos. A Universidade não é um centro exclusivo de saber, visto que há um “saber local” que deve ser considerado neste tipo de trabalho de campo. Deve-se evitar a imposição de ideias “tecnicistas” de especialistas, buscando alcançar uma troca entre sociedade e Universidade. Os moradores da Cidade de Deus possuem uma experiência e um conhecimento sobre a história, o cotidiano e a cultura desse lugar muito mais profundos do que qualquer acadêmico externo. Aproveitar a possibilidade de diálogo com este saber local torna a pesquisa multiperspectívica – como sugere Kellner⁸⁶ – e mais fiel à realidade. É possível construir um trabalho onde não existem mestres e ouvintes, mas em que todos possam trocar e produzir conhecimento. Assim, o papel da Universidade é o de contribuir para a autonomia e empoderamento da comunidade, reconhecendo as pessoas que participam do projeto como atores, agentes de transformação, e não como meros objetos de pesquisa ou receptores.

4.4 O processo de construção do jornal

⁸⁴ Ibidem: 09.

⁸⁵ BEAUD & WEBER: 2007.

⁸⁶ KELLNER, 2003.

As reuniões para a construção do jornal foram marcadas quinzenalmente, aos sábados de manhã, na sede da ASVI. Em 2011, após a distribuição da primeira edição produzida no curso Análise Crítica dos Meios de Comunicação – que ficou conhecido na comunidade como “A notícia por quem vive”, nome, portanto, escolhido para o jornal – os moradores interessados e os pesquisadores do Núcleo de Solidariedade Técnica da UFRJ trabalharam em oficializar as características e objetivos do veículo, formulando um Regimento Interno (ANEXO I). O documento definia, por exemplo, que uma das propostas do jornal consistiria em realizar matérias críticas, assim como sobre iniciativas culturais e educativas da comunidade.

Art. 2º – O jornal *A notícia por quem vive* tem como objetivo principal formar os moradores da CDD para um olhar crítico da comunidade e do mundo e informá-los sobre o que acontece na CDD, contemplando aspectos positivos nos âmbitos cultural, social, educativo, político e econômico, dedicando especial atenção à valorização da cultura local.

Art. 3º – O jornal *A notícia por quem vive* tem como objetivos específicos:

- ▲ valorizar a cultura local através da divulgação e apoio a artistas, grupos e ações da área;
- ▲ valorizar expressão escrita e visual da Cidade de Deus através de parcerias com escolas, organizações e grupos internos e externos;
- ▲ resgatar a identidade da comunidade a partir da valorização da população idosa;
- ▲ promover a formação continuada dos membros do jornal visando sua constante qualificação;
- ▲ buscar novos membros para a equipe do jornal nas organizações parceiras, cursos etc. baseados nos critérios estabelecidos coletivamente.

Também seria proibido apoio político ou de empresas, sendo os membros pessoas físicas – ao contrário do Portal Comunitário, onde se constituem de pessoas jurídicas. Por definição, os membros poderiam ser moradores, trabalhadores locais ou pessoas “que se interessam pela comunidade e estejam dispostos a contribuir para a comunicação e cultura local através do Jornal”⁸⁷. O regimento previa que os interessados deveriam passar por um estágio de seis meses como “pré-membros”, mas esta exigência, na prática, não chegou a ser requisitada até o início de 2013, pois não entraram novos integrantes desde então. Porém, com a solicitação de uma moradora para participar do jornal em fevereiro de 2013, foi agendada uma nova discussão sobre o regimento. Além dos membros, foram definidos como

⁸⁷

Trecho do Regimento.

participantes do jornal colaboradores, os quais eventualmente enviam textos para as edições; e convidados, que participam eventualmente “com a publicação de poesias, desenhos, crônicas etc.”.

Em relação à gestão, optou-se por não designar cargos ou funções aos membros, sem haver, portanto, diretorias ou coordenações. Esta forma autogestionária de se organizar assume que as atividades são formuladas a partir da disponibilidade de cada membro e da demanda da associação. Difere-se da heterogestão, principalmente, por não haver administração hierárquica. Segundo Paul Singer, em seu livro “Introdução à Economia Solidária”, na administração heterogestionária “as informações e consultas fluem de baixo para cima e as ordens e instruções de cima para baixo”⁸⁸ As decisões, em uma autogestão, são tomadas por todos os membros através de consenso ou voto. Como problemática, está a questão de que a autogestão prevê um nível de participação e envolvimento pessoal bastante elevado de cada ator no processo. De acordo com Cicília Peruzzo, em seu livro “Comunicação nos Movimentos Populares”, podem-se analisar três níveis de participação em uma organização ou movimento, em um sentido crescente: a passiva, a controlada e a participação-poder. O último nível seria compatível com a autogestão.

Estava previsto no Art. 13º do regimento que este seria revisado anualmente, de acordo com avaliações registradas ao longo do ano no livro-ata das reuniões. Porém, em 2012 não ocorreu tal revisão. Além do Art. 13º, o Art. 14º prevê uma avaliação do jornal de seis em seis meses aberta a pessoas externas, o que também não é feito. A partir destas observações da autora deste trabalho, foi proposto numa reunião que o regimento fosse revisto em março de 2013. Apesar disso, de um modo geral o regimento ainda contempla os objetivos e a essência deste veículo de comunicação.

4.5 Análise das características e transformações ao longo das edições

A notícia por quem vive possui um formato de papel A4, 16 páginas e impressão colorida. A primeira impressão foi financiada com recursos do Soltec e, como dito

⁸⁸ SINGER, 2002: 17.

anteriormente, distribuída no Fórum Comunitário da Cidade de Deus. A partir da segunda edição, foi estabelecida a periodicidade trimestral, assim como uma tiragem de três mil exemplares, a ser distribuída pela comunidade em pontos de ônibus, escolas, instituições, igrejas e estabelecimentos. A diagramação passou a ser feita em um programa de *software* livre e por colaboradores, já que os membros não possuíam o domínio técnico necessário. A busca por recursos para as impressões e para realização de outras atividades que aumentassem a familiaridade dos moradores com a Comunicação Social partiu dos próprios membros.

A produção e edição de matérias para a primeira edição, ainda durante o curso, obteve a participação de dezesseis moradores, que foram considerados fundadores. Até a sexta edição (que vem sendo realizada no primeiro trimestre de 2013) houve poucas mudanças no expediente do jornal: alguns dos fundadores se afastaram, enquanto outros moradores contribuíram pontualmente em algumas edições, como colaboradores. Não houve nenhuma entrada formal de um novo membro. Em média, dez moradores participam ativamente desde o início.

A alteração mais significativa que surgiu no projeto gráfico e visual foi a criação de um logotipo personalizado, escolhido por meio de um concurso de atividades artísticas com crianças das escolas atendidas pelo projeto Bairro Educador – desenvolvido pelo Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável (CIEDS), dentro do programa Escolas do Amanhã, da Secretaria Municipal de Educação – no qual uma dos membros do jornal é gestora.

Foi feita uma entrevista com a diretora adjunta do CIEP da Cidade de Deus sobre a escolha do novo logo e a parceria com as escolas, bem como uma matéria sobre o Bairro Educador, ambas publicadas na segunda edição (outubro de 2011).

Em relação ao conteúdo, *A notícia* faz uma abordagem muito diferente das que são vistas em jornais comerciais como O Globo e Folha de S. Paulo, analisados em 2005 e 2006 por Raquel Paiva e Gabriela Nóra:

Constata-se o quanto a temática “tráfico de drogas/violência” predomina sobre os demais assuntos, quando se considera a representação das comunidades pobres do Rio de Janeiro. Das 462 matérias selecionadas na editoria Rio [O Globo], 314 (68%) trataram de questões relacionadas ao tráficos de drogas e/ou à violência. Logo, é possível apontar que o jornal apresenta uma deficiência na cobertura de outros assuntos concernentes às

comunidades periféricas e elegem apenas o enfoque da violência para retratá-las.⁸⁹

Ainda foi visto que, entre as matérias que não se focavam no eixo da violência, 46,6% se referiam a problemas de expansão desordenada das favelas, promovendo uma campanha a favor das remoções.

A notícia por quem vive foi criado, dentre outras razões, como uma resposta a essas abordagens: as matérias englobam temas da comunidade referentes a ações sociais, cultura, informações de utilidade pública e discussões de políticas públicas, além de um espaço para produções como charges, artigos, ensaios, poesias e receitas. Na primeira edição, o texto “Cidade de Deus mostra a sua cara”, de Mônica Rocha, ilustra bem a insatisfação com a representação da comunidade na grande mídia (ANEXO II): “Cidade de Deus sempre foi anunciada como violenta. Quem ganha com isso? Qual a consequência dessas matérias que criam o terror? Cidade de Deus nasceu de falta de políticas públicas, remoção. São mais de 30 anos de omissão com as comunidades!”⁹⁰

Em outra matéria da primeira edição, é exposto o que os moradores entendem por Comunicação Comunitária (ANEXO III): “Os meios de comunicação (ou mídias) comunitários têm um papel abrangente dentro da comunicação. Não só pelo fato de levarem informações às pessoas sobre a comunidade, mas também por criar uma nova visão e identidade para os que nela moram”⁹¹

Da primeira à quinta edição, foram publicadas 55 matérias, 5 textos de opinião, 10 desenhos (charges, quadrinhos, etc.) e 2 poesias. Uma ressalva a ser feita é que o estilo dos textos produzidos na Comunicação Comunitária não pode ser enquadrado da mesma forma que o dos textos jornalísticos “formais”, ensinados nos cursos de comunicação a partir de uma técnica desenvolvida nos Estados Unidos nos anos 1950, a qual adota conceitos como *lead* em pirâmide invertida e supõe que o discurso deva ser impessoal. Os textos do jornal *A notícia por quem vive* não escondem sua parcialidade (quando existente) e são elaborados a partir da linguagem cotidiana dos moradores, algumas vezes sem fazer uso de fontes ou informações oficiais, mas também sem caracterizar-se propriamente como um artigo ou poesia (esses casos

⁸⁹ PAIVA & NÓRA in PAIVA & SANTOS, 2008: 21.

⁹⁰ ROCHA, Mônica. *Cidade de Deus mostra sua cara*. In: *A notícia por quem vive*, Rio de Janeiro, p.08, out. de 2010.

⁹¹ BANDEIRA, Dara; SOARES, Landerson; ROCHA, Mônica. *Meios de Comunicação Comunitários fortalecendo a voz da comunidade*. In: *A notícia por quem vive*, Rio de Janeiro, p.06, out. de 2010.

estão identificados aqui como textos de opinião). É interessante perceber esta quebra de paradigma, em que os moradores se permitem adotar uma “licença poética”, já que são os próprios produtores da comunicação e não precisam seguir as regras convencionais. Um exemplo desta liberdade está na matéria “Projeto Jovens Comunicadores e a Informática” (ANEXO IV), que se inicia com o seguinte parágrafo: “Um país sem memória não é apenas um país sem passado, é um país sem futuro”. É citando Rui Barbosa que anuncio aqui boas novas sobre o que acontece no nosso bairro”⁹². Frequentemente, as matérias utilizam verbos em 1ª pessoa.

Dessa forma, *A Notícia* se insere na tentativa comum dos meios alternativos de variar o modo de produção na comunicação: “O surgimento de vias alternativas de comunicação-informação é um sintoma de processos que se verificam no fundo da vida social, uma tentativa de romper o cerco das estruturas informativas dominantes”⁹³.

Uma estatística sobre os textos publicados, considerando sempre o caráter subjetivo do jornalismo comunitário, é útil aqui como esboço para reconhecer certos traços do jornal e sua linha editorial. Das 55 matérias identificadas:

- 12 (21,8%) se referem a projetos sociais e trabalhos de OSBCs;
- 10 (18,2%) se referem a artistas e “mestres” da comunidade;
- 8 (14,5%) se referem a eventos e espaços culturais;
- 7 (12,7%) trazem informações de utilidade pública (serviços, prevenção à dengue);
- 6 (11%) discutem de forma crítica políticas públicas;
- 6 (11%) se referem à educação ou temas de seminários;
- 6 (11%) retratam as próprias mídias comunitárias, se pautando na experiência do portal e do jornal.

Pode-se observar que, de um modo geral, os temas estão equilibrados entre si. Porém, a ênfase dada a projetos e ações sociais já originou conflitos entre os membros. Isto porque o projeto Bairro Educador e a Associação Semente da Vida foram os mais pautados, e como dois integrantes do jornal trabalham nestes projetos, houve a interpretação de um membro de que isto significava privilégio e falta de democracia, gerando conflitos em sua

⁹² ANDRADE, Míriam. *Projeto jovens comunicadores e a informática*. In: *A notícia por quem vive*, Rio de Janeiro, p.12, jan – mar de 2012.

⁹³ GRINBERG apud PERUZZO, 1998: 130.

relação com o grupo e o afastamento do mesmo do jornal – apesar deste fato nunca ter sido colocado como o motivo real de seu afastamento, bem como não ter sido proclamada oficialmente sua saída. As pesquisadoras do Soltec, porém, com base na observação e na experiência vivida em campo, chegaram a esta conclusão.

Há que se observar, por outro lado, que o processo de construção do *A Notícia*, por ter partido de um Portal Comunitário gerido por OSBCs, levou à propensão de haver integrantes envolvidos com estas instituições e projetos e a surgirem muitas ideias de pauta neste tema, não representando necessariamente um “privilégio” a este tipo de assunto.

É importante destacar o objetivo, como já demonstra o Regimento Interno, de valorização da cultura local, já que, se somadas as matérias sobre artistas e mestres locais e eventos culturais, chega-se à maior estatística (32%). A escolha de separar estas duas categorias se deve ao destaque para a primeira, em que as matérias particularmente se utilizam bastante de entrevistas, valorizando os artistas e o conceito de “mestre” na Cidade de Deus. Esse conceito possui ligação direta com o histórico da região: diante do sofrimento das primeiras famílias que migraram para a comunidade, ocorreu um interessante processo cultural. Uma geração que foi criada sem a presença dos pais, que em sua maioria trabalhavam longe da comunidade – na Zona Sul do Rio – entrou em contato com uma região dominada pelo tráfico e com conflitos constantes, mas também com os chamados “Guardiões do local”, os amigos e vizinhos mais velhos que se responsabilizaram pela educação de várias crianças. O resgate dessa história está em uma matéria do jornal (ANEXO V), que foi tema também de um livro da mesma autora:

As lembranças da construção da Comunidade da Cidade de Deus são pedaços de vida que tiveram várias influências até mesmo políticas e ambientais. Esses fatores modificaram os destinos dos novos moradores e acrescentaram personagens de outros locais, com outros saberes, na convivência diária de culturas parecidas ou não. [...] Na comunidade da Cidade de Deus, há vários Mestres do saber que são pessoas que se dedicam a ensinar o que aprenderam na trajetória de suas vidas. Os nossos mestres utilizam do recurso da memória oral, quando falam “água mole em pedra dura tanto bate até que fura”, quando cantam uma cantiga de roda para as crianças, quando ensinam a fazer uma comida regional, um bordado, tocar um instrumento, quando repassam as atribuições de um palhaço em uma Folia de Reis, quando falam de suas vidas como ponto de referência de um tempo na história local⁹⁴.

⁹⁴ BARBOSA, Valéria. *Cultura, tradição oral, Mestres e um breve histórico da Cidade de Deus*. In: *A notícia por quem vive*, Rio de Janeiro, p.09, out de 2011.

A Cidade de Deus, por ser uma miscelânea de comunidades, foi marcada, por um lado, pelo “caos” divulgado na grande mídia de violência e drogas, e, por outro, por uma efervescência de artistas de rua, “mestres do saber” e grupos de teatro, dança, coral e poesia. Tendo isso em vista, o grupo do jornal se motivou a fazer uso dos meios de comunicação para explorar esta riqueza cultural e resgatar a história da Cidade de Deus.

Por último, atentando-se às matérias sobre políticas públicas, há uma diferença da primeira edição em relação às outras. A proporção deste tipo de matéria foi maior naquela edição (de sete reportagens, duas abordavam políticas públicas: uma sobre a UPP, que trazia, além da situação da própria comunidade, a condição da favela Santa Marta e a cartilha de Abordagem Policial; e outra sobre a nova UPA – Unidade de Pronto-Atendimento – e suas deficiências: indagando se esta política teria sido montada às pressas por 2010 ter sido um ano eleitoral). Nas outras edições, que possuem 12 matérias jornalísticas cada, aparece em média uma matéria sobre políticas públicas. Uma delas retratou a ameaça de remoção da favela Vila da Conquista e as outras se focaram na questão das escolas públicas e de obras de infraestrutura na Cidade de Deus. Pode-se compreender que, na ocasião do curso de extensão que originou o jornal, foram feitos vários debates durante as aulas sobre a questão de políticas públicas em favelas, o que pode ter levantado um sentimento maior de indignação. Também é interessante esclarecer uma situação: após produzir reportagem sobre o descaso do poder público com uma praça em frente ao Centro Integrado de Educação Pública (CIEP) da CDD, um membro divulgou sua matéria no Portal Comunitário e via lista de e-mails, sendo solicitado, por seu superior no trabalho (exercia atividades laborais neste CIEP) que retirasse várias informações da reportagem, pois na ocasião estava-se às vésperas de eleições municipais. A posterior publicação no jornal seguiu, também, tal orientação. Portanto, os integrantes conhecem certas limitações envolvidas na produção deste tipo de matéria, que necessita de um tratamento mais cauteloso. Peruzzo chama a atenção, por outro lado, para a tendência dos veículos populares não se pautarem mais exclusivamente em reportagens de caráter reivindicatório:

O caráter mais combativo das comunicações populares – no sentido político-ideológico, de contestação e projeto de sociedade – foi cedendo espaço a discursos e experiências mais realistas e plurais (no nível do tratamento da informação, abertura à negociação) e incorporando o lúdico, a cultura e divertimento com mais desenvoltura, o que não significa dizer que a combatividade tenha desaparecido. Houve também a apropriação de novas

tecnologias da comunicação e incorporação da noção do acesso à comunicação como direito humano.⁹⁵

De fato, *A notícia por quem vive*, até o momento de conclusão deste trabalho, nunca deixou de abordar e problematizar as políticas públicas inseridas na comunidade – apesar de ter potencial para ser mais incisivo neste ponto –, enquanto insere uma gama de temas e estilos de texto em suas publicações, se caracterizando, dessa forma, como um veículo plural.

4.6 Perspectivas e limitações de um veículo de Comunicação Comunitária

Pensando na oportunidade de captar recursos, o grupo se lançou, no final de 2010 (quando ainda recém-lançado) na formulação de um projeto para concorrer ao edital do Ministério da Cultura *Microprojetos para Territórios de Paz*, incluído dentro do programa + *Cultura*. O projeto foi aceito, mas houve uma demora na liberação de recursos, que seriam para a confecção de três edições, compra de equipamentos e cursos de capacitação. Por isso, a segunda edição saiu apenas em outubro de 2011. As atividades de capacitação ocorreram em janeiro e fevereiro de 2012: uma oficina de fotografia e uma oficina de Escrita Criativa. Também houve outra atividade durante o ano: realizada em dois módulos, uma oficina de redação com professoras da faculdade de Letras da UFRJ. As terceira e quarta edições foram lançadas, respectivamente, em abril e junho de 2012. Os lançamentos ocorreram com cerca de um mês de atraso, por conta de exigências pela gráfica de mudanças na diagramação (principalmente relacionadas a cores), ocorrendo certa dificuldade no atendimento e relacionamento da gráfica com os membros neste diálogo técnico. O grupo também buscou parcerias com outras instituições da comunidade, como a Assessoria de cultura da escola SESC, a qual incluiu os membros do jornal em laboratórios organizados pela Incubadora Cultura, como o laboratório *Gestão para a autonomia*.

⁹⁵

PERUZZO, 2006: 06.

Porém, um problema já se avistava: a falta de recursos para o próximo ano (2013). A pesquisa e ação do Soltec também se voltaram para esta demanda desde então. Antes de iniciar-se um dilema mais dramático em relação à falta de recursos para a impressão da quinta edição, surgiu a possibilidade de pagamento com recursos do Proext – Programa de Extensão do Ministério da Educação, no qual o projeto executado pelo Soltec está inserido –, mas, devido a uma semana de feriados, falta de energia no Centro de Tecnologia da UFRJ e dificuldades de agilidade em setores da universidade responsáveis por empenhar o dinheiro, não houve tempo para cumprir os prazos e os recursos retornaram aos cofres públicos.

A quinta edição foi impressa, em parte, com o dinheiro restante do edital e em parte com contribuição de um membro, de uma pesquisadora e da Associação Semente da Vida da Cidade de Deus. No entanto, foi decidido que no início de 2013 seria feito um vídeo, com a produtora *Volstok*, parceira do Soltec, para campanhas de captação de recursos na internet (mais especificamente, em um *site*⁹⁶ especializado em *crowdfunding*), a fim de conseguir um retorno para quem havia feito essas contribuições e arrecadar doações para as próximas edições. O custo do vídeo – que já era uma demanda do jornal – foi incluído na cota do projeto.

Estas micro-ações, que se tornaram emergentes, precisam ser planejadas com muito cuidado, pois o enfrentamento a problemas financeiros esbarram em questões éticas, já que alguns temas – como exemplo, o uso de publicidade em veículos comunitários – são fontes de opiniões divergentes entre atores sociais e acadêmicos, e até na sociedade como um todo.

Compreende-se que um meio comunitário não pode ser regido nem por atividades comerciais nem pela propagação das mesmas, ainda que as atividades comerciais pertençam ao território ou localidade em questão. Tal pensamento foi assimilado como verdade indiscutível tanto por quem trabalhou para seu alastramento, como pelos próprios moradores dos lugares onde os meios comunitários foram iniciados, que, por conseguinte, passaram a ser os mais prejudicados com a absorção dessa ideia fabricada. Em vista disso, aceitar uma publicidade, mesmo que local (desde a produção à veiculação), passou a ser o mesmo que trair um ideal, além de configurar um crime, uma vez que inserção publicitária nas veiculações comunitárias viola a lei penal.⁹⁷

⁹⁶ <http://catarse.me/pt> Acessado em 08 de fevereiro de 2013. *Crowdfunding* significa financiamento colaborativo.

⁹⁷ SALDANHA, 2012: 6-7.

A violação da lei se dá principalmente no que concerne as rádios comunitárias, que necessitam de uma concessão pública para utilizar o espectro radiofônico. A lei 9.612/98, que regula a radiodifusão comunitária, além de limitar o raio de alcance a 1 km e a potência a 25 Watts, também proíbe a veiculação de publicidade. No caso dos jornais comunitários, não há regulamentação, porém há o mesmo consenso de que quando o veículo não possui fins lucrativos, não se pode pensar em publicidade.

De acordo com Peruzzo:

A restrição às inserções publicitárias é uma forma de dificultar o desenvolvimento dos canais públicos habilmente incluída pelo *lobby* da grande mídia privada, evitando uma possível concorrência com os canais em poder da iniciativa privada.⁹⁸

Dessa forma, a pesquisa começou a orientar-se no estudo bibliográfico a respeito da questão de sustentação de veículos comunitários e de empreendimentos solidários, já que os membros do *A Notícia*, desde meados de 2012, suscitaram em várias reuniões ideias sobre o assunto, inclusive sobre a possibilidade de reservar um espaço do jornal para anúncios de comerciantes locais. Acreditamos que um bom parâmetro a ser utilizado por um meio de comunicação comunitário seria a economia solidária, como forma de praticar a cooperação e a autogestão, gerando a possibilidade de sustento dos atores locais envolvidos e, conseqüentemente, seu maior tempo disponível para dedicação ao trabalho – além de ajudar no desenvolvimento da economia local. Paul Singer, em seu livro *Introdução à economia solidária*⁹⁹, explica que uma empresa solidária não é gerida de forma hierárquica, mas de forma democrática. Todos os membros são sócios e possuem igual poder de decisão. Singer afirma que, quando a empresa é pequena, “todas as decisões são tomadas em assembleias, que podem ocorrer em curtos intervalos, quando há necessidade”¹⁰⁰ ou, no caso de uma grande organização, pode haver eleição para coordenações, não deixando, porém, de consultar e envolver a comunidade de trabalhadores nas decisões da empresa. Ao contrário da heterogestão, onde as relações são baseadas na competitividade, a empresa solidária possui relações baseadas na solidariedade e cooperação. “A autogestão exige um esforço adicional dos trabalhadores na empresa solidária: além de cumprir as tarefas a seu cargo, cada um deles

⁹⁸ PERUZZO, 2007: 63.

⁹⁹ SINGER, 2002.

¹⁰⁰ Ibidem: 18.

tem de se preocupar com os problemas gerais da empresa”.¹⁰¹ Dessa forma, gerir um jornal comunitário como um empreendimento solidário de forma a gerar renda não fere pressupostos políticos deste tipo de comunicação, pautada pela democratização dos meios, pelo exercício da cidadania e sem visão de lucro.

Apesar da perspectiva de conseguir recursos com o sistema de *crowdfunding*, as tentativas que mais deram estabilidade para o grupo foram por meio de financiamento público através de editais. No início de 2012, o Soltec elaborou novamente outro programa para o edital de extensão universitária do MEC, (Proext) 2013. O programa previa algumas ações da Faculdade de Letras da UFRJ em parceria com o projeto Comunicação Comunitária. Com o programa selecionado, a equipe se comprometeu a verificar possibilidade de incluir no ano de 2013 impressões do jornal – fora isso, estão incluídos no projeto as bolsas das estudantes envolvidas e materiais para a realização de cursos de redação. Peruzzo defende que a forma ideal de sustento de um veículo comunitário se daria por meio de recursos de fundos públicos, principalmente no caso da televisão. Esse entendimento provém da observação de que este tipo de comunicação possui essencialmente caráter público:

A Comunicação Comunitária se caracteriza por processos de comunicação baseados em princípios públicos, tais como não ter fins lucrativos, propiciar a participação ativa da população, ter propriedade coletiva e difundir conteúdos com a finalidade de educação, cultura e ampliação da cidadania.¹⁰²

Porém, como o caso de veículos como rádios e jornais demandam menor volume de recursos que a televisão, autora reitera que as associações podem definir outros critérios de arrecadação tais como “festas, rifas, doações, trabalho voluntário, projetos sociais, recursos das próprias ONGs, apoio cultural, publicidade local, prestação de serviços, etc.”¹⁰³

A preocupação com a situação financeira do jornal foi um dos motivos mais lembrados para que as pessoas quisessem trazer de volta uma integrante, que além de ter boas relações com os demais – excetuando-se o membro que se afastou do jornal – também possuía experiência na elaboração de projetos para captação de recursos. Assim, esta integrante escreveu, às pressas, dois projetos para o jornal. Um deles concorreu ao edital de seleção de

¹⁰¹ Ibidem: 19.

¹⁰² PERUZZO, 2006: 09.

¹⁰³ PERUZZO, 2007: 65.

Projetos Socioambientais do Instituto Invepar 2013¹⁰⁴, e outro, formulado para a ASVI – o jornal está como uma das ações dentro do projeto – concorreu a um edital do programa Petrobrás Desenvolvimento & Cidadania¹⁰⁵. Ambos os editais não divulgaram resultados até a data de término deste trabalho. Como não havia muito tempo de planejamento, apenas a integrante em questão elaborou o texto e não houve muita participação dos outros membros. A equipe do Soltec avaliou isto de forma negativa, pois a formulação desses projetos se referia a um planejamento para dois anos de ação, e não poderia contar com discordâncias posteriores do restante do grupo.

Outra discussão recorrente durante a pesquisa em 2012 foi relativa aos diferentes níveis de participação em organizações sociais, e como isso pode interferir na dinâmica do jornal. Uma das consequências de se ter um alto grau de envolvimento nesta organização, que é pequena e autogerida, é a dimensão do conflito interpessoal, que está sempre presente nessas experiências e pode acarretar problemas para manter um funcionamento saudável. A questão da participação já foi um ponto de pauta de uma reunião presenciada pela autora deste trabalho, mais especificamente no dia 18 de agosto de 2012 (de acordo com relatório e diários de campo). Foi discutida a situação de dois membros que não compareciam mais às reuniões naquele ano, porém continuavam sendo considerados participantes por não haver um registro de saída formal. No Regimento Interno, a presença é um ponto obrigatório dentro das responsabilidades dos membros:

Art. 12º – Aos membros do Jornal é exigido a produção de matérias/conteúdo para as edições, o cumprimento das demais responsabilidades assumidas com o grupo, a presença nas reuniões e o pagamento de uma mensalidade de R\$5 (5 reais) para cobrir custos do Portal e demais necessidades do grupo.

Um deles havia tido discussões e problemas de relacionamento no grupo, mas quando deixou de comparecer aos encontros, começou a justificar suas faltas devido a um curso. Porém, não escreveu mais matérias a partir da quinta edição do jornal (segundo semestre de 2012) e não comunicou mais a sua ausência nas últimas reuniões do ano. Este membro foi altamente criticado pelos presentes na reunião, enquanto foi proposta a ideia de convidar novamente uma participante que havia se afastado do jornal por conta dos conflitos com este membro. Já em relação ao outro faltoso, que também não havia escrito mais matérias

¹⁰⁴ Disponível em: <http://www.invepar.com.br/pages/editais/> Acessado em 26 de fevereiro de 2013.

¹⁰⁵ Disponível em: <http://dec.petrobras.com.br/> Acessado em 26 de fevereiro de 2013.

e não costumava justificar suas ausências, houve uma maior compreensão, com o entendimento de que as faltas de davam por sua atividade de trabalho. As pesquisadoras do Soltec observaram que o critério de participação para os membros era relativo, sendo utilizado talvez como forma de mascarar os conflitos pessoais e legitimar críticas.

Foi identificada no grupo a existência de um polo de pró-atividade, composto por três membros de grande peso. Este polo, no entanto, não é responsável, sozinho, pelas decisões, mas as pessoas que o compõem possuem uma voz mais ativa e respeitada pelos outros, ainda que apresentem em certos casos opiniões mais radicais. Do mesmo modo, a relação de confiança estabelecida com a equipe do Soltec fez com que os membros depositassem grande credibilidade em nossas falas e ações. Por este motivo, há um cuidado para não induzir o grupo a seguir acriticamente nossos desejos e aspirações como *agentes externos*, mas sim debater e refletir sobre a pesquisa que vem sendo realizada e as propostas de ação.

O grupo também se apresenta frequentemente relutante em aceitar participação de pessoas que possam vir a trazer o partidarismo ao Jornal. Peruzzo indica, como um dos preceitos de veículos comunitários, a necessidade de uma autonomia política:

Em suma, a mídia comunitária e outras modalidades de comunicação que se realizam com base em processos nos quais as pessoas da “comunidade” sejam as protagonistas principais, se caracterizam por: [...]

i) Buscar autonomia em relação ao governo e outros grupos de interesse¹⁰⁶

Por todos esses aspectos, percebe-se que a Comunicação Comunitária, mesmo em uma forma de organização democrática pautada pela autogestão, não pressupõe o mesmo grau de participação de todos os envolvidos. Nem mesmo todos os veículos comunitários chegam a um grau de participação como a autogestão. Em uma análise sobre a televisão comunitária, Peruzzo constata: “Não é possível generalizar ou considerar *a priori* que todos os canais comunitários sejam autogestionários, apesar de todos desenvolverem algum tipo de autogoverno”¹⁰⁷. A autora define quatro tipos de autogoverno: democracia participativa, em que é eleito um líder; co-determinação, em que se busca uma integração das lideranças; comunidade de interesses, em que todos podem falar em nome do grupo; e a autogestão, em que todos são administradores. E pode-se acrescentar que, dentro destes tipos de gestão, as

¹⁰⁶ PERUZZO, 2003: 09.

¹⁰⁷ PERUZZO, 2007: 59.

relações interpessoais baseadas na cooperação e confiança – bem como os conflitos interpessoais –, a disponibilidade de tempo e a pró-atividade de cada membro definem e redefinem a todo tempo a dinâmica de funcionamento do veículo, o qual pode contar com grande criatividade para manter sua existência, imersa em um constante processo de transformação.

5. CONCLUSÃO

Tendo em vista as análises bibliográficas e o estudo particular da presente experiência de Comunicação Comunitária, pode-se concluir que *A Notícia por quem vive* é um veículo que se insere na disputa de hegemonia e contra hegemonia no campo discursivo e ideológico em que se encontram as mídias na sociedade civil. Mais especificamente, na luta por outros valores que caracterizem território e comunidade; coloca em pauta, assim, não quaisquer valores, mas aqueles de solidariedade e de construção coletiva de uma história protagonizada por quem vive de fato o cotidiano do lugar; no caso, a Cidade de Deus.

Para isso, foi necessário compor, através de uma visão latino-americana, um cenário complexo de abordagens das ciências sociais acerca dos processos culturais e comunicacionais de apropriação de sentidos e de usos sociais de instrumentos como a mídia, como foi visto no segundo capítulo, além de relacionar o que se entende por comunidade e comunicação “popular” – que deu origem ao conceito de Comunicação Comunitária – a um processo intrinsecamente político que ocorre no seio da sociedade civil, como foi feito no terceiro capítulo.

A partir de uma concepção dialética sobre o processo histórico, que é permeado por constantes transformações, não foi pretendido aqui legitimar ou não este veículo dentro do universo da Comunicação Comunitária. A natureza desse tipo de prática não permite amarras acadêmicas idealizadas, que não condiriam com a própria realidade cotidiana. Trata-se de uma experiência com características próprias dadas as circunstâncias particulares de sua existência, mas que também pode ser compreendida dentro de um contexto político, cultural e histórico: o que ajuda a compreender melhor os recentes fenômenos que se passam na sociedade brasileira. Dado o papel do estudo e vivência dentro de uma Universidade pública, esta é apenas uma pequena parte de um exercício árduo e infinito, que necessita de uma constante atualização intelectual e prática; é uma pequena contribuição para um saber que só pode ser coletivo.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVEAR, Celso Alexandre Souza de. *A formação de redes pelas organizações sociais de base comunitária para o desenvolvimento local: um estudo de caso da Cidade de Deus*. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2008. Dissertação (Engenharia de Produção). Orientador: Michel Jean-Marie Thiollent.

BAUDRILLARD, J. *A troca simbólica e a morte I*. Lisboa: Edições 70, 1996.

BAYMA, Israel Fernando de Carvalho. *A concentração da propriedade de meios de comunicação e o coronelismo eletrônico no Brasil*. Disponível em <http://www.fndc.org.br/arquivos/RelatorioIsrael.pdf>. Acessado em 26 de fevereiro de 2013.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. *Guia para a pesquisa de campo: Produzir e analisar dados etnográficos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CANCLINI, Nestor, G. *Diferentes, Desiguais e Desconectados*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

COUTINHO, Eduardo Granja. *Comunicação e contra-hegemonia*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2008.

ERNANDEZ, Marcelo. *Notas sobre o conceito de comunidade, Comunicação Comunitária e dialogia*. Encontro da Rede de Estudos Rurais, Belém, 2012.

GONÇALVES, Marília Alves. *Outra comunicação: o caso do Portal Comunitário da Cidade de Deus*. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2010. Monografia (Jornalismo). Orientadora: Professora Doutora Raquel Paiva.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

HERZ, Daniel. *A História Secreta da Rede Globo*. Porto Alegre: Tchê!, 1986.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. A Indústria Cultural: o iluminismo como mistificação de massas. In: LIMA, Luiz Costa. *Teoria da cultura de massa*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

_____. *A cultura da mídia e o triunfo do espetáculo*. In: Libero. SP, vol. 06, n.11, 2003.

LE GOFF, Jacques. *Para um novo conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente*. Lisboa: Estampa, 1979.

MALERBA, João Paulo. Comunicação Comunitária no Limite. In: PAIVA, Raquel; SANTOS, Cristiano Henrique Ribeiro (Orgs). *Comunidade e Contra-Hegemonia: Rotas de Comunicação Alternativa*. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

_____. Novas visibilidades políticas da cidade e visualidades narrativas da violência. In: *Comunicação e contra-hegemonia*. COUTINHO, Eduardo Granja (org.). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Estado, Classe e Movimento Social*. São Paulo: Cortez, 2011.

MORAES, Dênis de. Comunicação alternativa em rede e difusão contra-hegemônica. In: *Comunicação e contra-hegemonia*. COUTINHO, Eduardo Granja (org.). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

PAIVA, Raquel; SANTOS, Cristiano Henrique Ribeiro (Orgs). *Comunidade e Contra-Hegemonia: Rotas de Comunicação Alternativa*. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

PAIVA, Raquel. Mídia e política das minorias. In:_____; BARBALHO, Alexandre (Orgs). *Comunicação e cultura das minorias*. Rio de Janeiro: Paulus, 2009.

PAIVA, Raquel. Contra-mídia-hegemônica. In: COUTINHO, Eduardo Granja (org.). *Comunicação e contra-hegemonia*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2008.

NÓRA, Gabriela; PAIVA, Raquel. "Comunidade e Humanismo prático: a representação da periferia no Rio de Janeiro". In: *Comunidade e Contra-hegemonia: Rotas de comunicação alternativa*. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2008.

_____. *O Espírito Comum: Comunidade, Mídia e Globalismo*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

_____. *Os media alternativos como parte dos novos processos de mobilização popular no Brasil*. In: *Novas formas de mobilização popular*. REBELO, José (org.). Porto: Campo das Letras, 2003b.

_____. Estratégias de comunicação e comunidade gerativa. In: PERUZZO, Cicilia M. K. (org.). *Vozes cidadãs: aspectos teóricos e análises de experiências de comunicação popular e sindical na América latina*. São Paulo: Angellara, 2004. Disponível em http://www.pos.eco.ufrj.br/docentes/publicacoes/rpaiva_estrategiasdacomunicacao.pdf Acessado em 26 de fevereiro de 2013.

PERUZZO, Cicília Krohling. Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária no Brasil. In: *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, São Paulo, v.4, n.1, p.141-169, 2006.

_____. Gestão e sustentabilidade dos canais comunitários. In: *Televisão comunitária: dimensão pública e particular cidadã na mídia local*. Rio de Janeiro: Mauad. p.39-76, 2007.

_____. Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências. In: *Revista Comunicação & Sociedade*, São Bernardo do Campo: UMESP, n. 38, p. 67-84, 2005. Disponível em http://200.144.189.42/ojs/index.php/cs_umesp/article/view/196/154. Acessado em 26 de fevereiro de 2013.

_____. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

SALDANHA, Patrícia. *Publicidade Social ou Propaganda Social? Uma reflexão epistemológica e as possíveis consequências sociais*. In: Encontro Nacional da Ulepicc Brasil, 2012. Disponível em

http://www.williangomes.com.br/ulepicc/pdf/gt2/SALDANHA_publicidade_social_ou_propaganda_social_uma_reflexao_epistemologica_e_as_possiveis_consequencias_sociais.pdf
Acessado em 26 de fevereiro de 2013.

SOUZA E SILVA, Jailson de *et al.*(Org.) *O que é favela, afinal?* Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.

SOUZA E SILVA, Jailson de; BARBOSA, Jorge Luiz. *Favela: alegria e dor na cidade*. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2005.

7. ANEXOS

- I. Regimento Interno do jornal *A Notícia por quem vive*

Jornal A notícia por quem vive

Regimento Interno

Versão de dezembro de 2011

TÍTULO I

DA INSTITUIÇÃO E SEUS FINS

Art. 1º – O jornal *A notícia por quem vive* é um veículo de Comunicação Comunitária e cultura da Cidade de Deus construído coletivamente pelos seus membros.

Art. 2º – O jornal *A notícia por quem vive* tem como objetivo principal formar os moradores da CDD para um olhar crítico da comunidade e do mundo e informá-los sobre o que acontece na CDD, contemplando aspectos positivos nos âmbitos cultural, social, educativo, político e econômico, dedicando especial atenção à valorização da cultura local.

Art. 3º – O jornal *A notícia por quem vive* tem como objetivos específicos:

- ▲ valorizar a cultura local através da divulgação e apoio a artistas, grupos e ações da área;
- ▲ valorizar expressão escrita e visual da Cidade de Deus através de parcerias com escolas, organizações e grupos internos e externos;
- ▲ resgatar a identidade da comunidade a partir da valorização da população idosa;
- ▲ promover a formação continuada dos membros do jornal visando sua constante qualificação;
- ▲ buscar novos membros para a equipe do jornal nas organizações parceiras, cursos etc. baseados nos critérios estabelecidos coletivamente.

TÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

CAPÍTULO 1

DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º – Participam do Jornal *A Notícia por quem vive*:

- Membros;
- Colaboradores;
- Convidados.

Art. 5º – São membros do jornal os moradores da Cidade de Deus ou pessoas que trabalham no local ou se interessam por ele, desde que estejam de acordo com este Regimento e dispostos a contribuir para a comunicação e cultura local através do Jornal.

Parágrafo Único: Para que uma pessoa se torne membro do Jornal *A notícia por quem vive* é necessário que ela passe por um estágio de 6 meses como pré-membro. Depois desse tempo, se tiver cumprido com as responsabilidades assumidas, torna-se um novo membro do Jornal.

Art. 6º – São colaboradores do Jornal *A notícia por quem vive* pessoas de instituições parceiras que contribuem periodicamente com o Jornal (participam eventualmente de edições do mesmo).

Art. 7º – São considerados convidados do Jornal aquelas pessoas interessadas em participar pontualmente de alguma edição, especificamente sobre algum assunto, ou com a publicação de poesias, desenhos, crônicas etc..

Parágrafo Único: Uma pessoa pode se tornar convidada do Jornal por iniciativa própria ou por convite propriamente dito de algum membro, sendo que, em qualquer caso, o texto final passará por aprovação do grupo.

Art. 8º – São fundadores aqueles que estão no Jornal *A notícia por quem vive* desde o seu início, em outubro de 2010. A essas pessoas será reservado um pequeno espaço no jornal com o título “Fundadores”, na sessão “expediente”, como forma de reconhecimento de seu trabalho e preservação da história do jornal.

Art. 9º – O jornal não possui diretoria ou coordenações. Ele funciona de forma autogestionária, sendo todos responsáveis por sua gestão e por participar de suas atividades. Estas serão delegadas de acordo com a disponibilidade de cada membro de cumpri-las, de acordo com as demandas do Jornal.

CAPÍTULO 2

DOS MEMBROS E SUAS RESPONSABILIDADES

Art. 10º – Para que uma pessoa se torne membro do Jornal *A notícia por quem vive* é necessário que ela passe por um estágio de 6 meses como pré-membro. Depois desse tempo, se tiver cumprido com as responsabilidades assumidas, torna-se um novo membro do Jornal.

Art. 11º – Àqueles interessados em tornarem-se membros, será também exigido que estejam presentes em, pelo menos 75% das reuniões e atividades promovidas pelo Jornal nos 6 meses de estágio.

Art. 12º – Aos membros do Jornal é exigido a produção de matérias/conteúdo para as edições, o cumprimento das demais responsabilidades assumidas com o grupo, a presença nas reuniões e o pagamento de uma mensalidade de R\$5 (5 reais) para cobrir custos do Portal e demais necessidades do grupo.

CAPÍTULO 3

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13º – A revisão deste Regimento será feita uma vez por ano. Ao longo do ano, nas reuniões do Jornal, os pontos a serem mudados e reavaliados devem ser registrados em um livro ata e assinado pelos membros presentes nas reuniões.

Art. 14º – A avaliação do jornal será feita de seis em seis meses. Este será o momento de ver o andamento do grupo e um espaço para conversar sobre os novos membros. A reunião será aberta para a participação de pessoas externas (leitores, colaboradores, parceiros, possíveis membros novos etc.).

Parágrafo Único: Ao longo do ano, será feita uma planilha de controle de presença, pagamentos e matérias entregues. No ano de 2012, o membro Felipe Brum ficou responsável por esse levantamento de dados para a avaliação.

Art. 15º – Da participação especial: Os textos escritos por colaboradores excepcionais vão passar por uma avaliação do grupo. O critério é que os textos estejam de acordo com a orientação editorial de *A Notícia por quem vive*.

Art. 16º – Os membros do Jornal poderão ser desligados do grupo nos seguintes casos:

- Por sua própria vontade;
- Não cumprimento com as tarefas assumidas;
- Não participação na produção de conteúdo para as edições do Jornal de forma injustificada;
- Não participação nas atividades do Jornal, bem como nas reuniões do grupo;
- Não pagamento da mensalidade do Jornal sem justificativa.

Art. 17º – *O quórum mínimo para a tomada de decisões em reuniões é de 30% dos membros do Jornal.*

II. Matéria “Cidade de Deus mostra sua cara”

8

A NOTÍCIA POR QUEM VIVE | OUTUBRO DE 2010

sária atualmente, devido ao fato de alguns meios de comunicação sofrerem um monopólio sem igual. É o caso, por exemplo, dos canais de televisão, que necessitam de concessões públicas para irem ao ar, isto é, é preciso uma autorização judicial para ter o domínio de um determinado espaço na TV. No caso do Brasil, o que agrava mais esse monopólio é o fato de as concessões estarem nas mãos de pouquís-

simas famílias que representam, por vezes, apenas os próprios interesses. Em contra-partida, organizações populares com milhares de membros, associações de trabalhadores, estudantes, bairros e “afins”, não têm direito a transmitirem ao restante da população uma opinião sobre determinados assuntos.

As novas mídias, especialmente os portais, blogs e as redes sociais, criam me-

canismos muito mais diretos no relacionamento entre as pessoas. Elas permitem segmentação e personalização, podendo seguir os padrões criados pelos próprios administradores. Tudo isso com um custo muito mais baixo do que as mídias tradicionais (TV, rádio e jornal). Acessíveis a grande parte das pessoas, não há motivos para não participar e colaborar dentro das próprias possibilidades e limitações.

Cidade de Deus mostra a sua cara

Por Mônica Rocha

Com o Portal Comunitário da Cidade de Deus nasce o curso de formação de comunicadores populares pela UFRJ. A fala do cidadão da cidade de Deus conquista mais espaço nos jornais, TV, rádio. A notícia por quem vive: opinião de quem é o foco da notícia. Mais de 15 organizações sociais estão unidas no Portal somando força. A fala cidadã em solidariedade.

Cidade de Deus sempre foi anunciada como violenta. Quem ganha com isso? Qual a consequência dessas matérias que criam o terror? Cidade de Deus nasceu de falta de políticas públicas, remoção. São mais de 30 anos de omissão com as comunidades!

Cidade de Deus localiza-se na zona oeste, per-

tence à área de Jacarepaguá, que completou no último dia 9 de setembro 416 anos. Parabéns ao bairro que nos brinda com construções históricas! A casa do Engenho D'água, que fica debaixo da linha amarela, na entrada da CDD, por exemplo. Aqui moram traba-

Graças às novas mídias, essas pessoas, e nós, podemos participar da comunicação solidária.

lhadores, estudantes, homens de bem que não são notícia, mas que têm orgulho de ser brasileiro.

Graças às novas mídias, essas pessoas, e nós, podemos participar da comunicação solidária. O acesso à produção

de informação nos coloca em rede. Evita omissão dos poderes públicos ou nos faz sentir menos sem voz e vez. Os softwares livres nos trazem opção de inclusão na informação. Na mão de poucos com a concessão de TV, rádios, a informação acaba impondo uma comunicação que só serve aos poucos dos poderes econômicos.

O Estado deveria dar oportunidade de acesso da produção de informação nos meios de jornais, rádios, e TV como forma de inclusão social. O jornal A Notícia por Quem Vive, no final do curso promovido pelo SOLTEC UFRJ, com apoio da ASVI e do Portal Comunitário da Cidade de Deus, vem colaborar para que esta comunidade

Mostre a sua Cara!

III. Matéria “Meios de comunicação comunitários fortalecendo a voz da comunidade”

Meios de Comunicação Comunitários fortalecendo a voz da comunidade

Por Dara Bandeira, Lander-
son Soares, Mônica Rocha

Os meios de comunicação (ou mídias) comunitários têm um papel abrangente dentro da comunicação. Não só pelo fato de levarem informações às pessoas sobre a comunidade, mas também por criar uma nova visão e identidade para os que nela moram. Maria do Socorro, presidente da Associação Semente da Vida da Cidade de Deus (ASVI), destaca a importância de uma comunicação interna eficiente e de projetos que fortaleçam a voz da comunidade. Socorro, que é psicóloga, reforça a possibilidade de integrar todos os núcleos que possam

existir dentro de um mesmo bairro.

"Eu, enquanto moradora da comunidade, sempre senti falta de uma comunicação eficiente, que nos diga o que está acontecendo aqui dentro. Muitas vezes, eu mesma, que por ser liderança participativa de reuniões, seminários, não sei o que acontece. Só fico sabendo depois ou na véspera. Por isso, acredito ser muito importante que as pessoas tomem conhecimento das atividades, para que possam levar para outras pessoas essas informações", afirma a coordenadora do projeto que tem mais de oito anos de atividade na Cidade de Deus.

Os moradores das perife-

rias sentem-se, por vezes, passivos em relação à informação. Não têm oportunidade de demonstrar um outro lado da verdade que é mascarada pelo jornalismo. As mídias comunitárias nascem como um mecanismo para que haja uma simplificação na forma de se comunicar. Ter uma ferramenta para que as informações sejam produzidas e divulgadas pelas comunidades é um fator relevante. É o que acredita o estudante de Marketing, morador da Cidade de Deus, Renato Gardel.

Renato afirma que "é importante para a comunidade mostrar a sua voz, essa é uma das formas de mostrar as coisas boas que muita



**Portal Comunitário
da Cidade de Deus**

Mapa do Site Acessibilidade Contato

Buscar no Site

☐ apenas nesta seção

Você está aqui: Página Inicial → Matérias e entrevistas → fazendo nossa própria comunicação

Acessar

Menu do Portal CDD

- ☒ Página Inicial
- ☐ O portal da CDD
- ☐ Instituições
- ☐ Atividades Sociais
- ☐ Agenda da CDD
- ☐ História da CDD
- ☐ Notícias da CDD
- ☐ Arquivo de fotos, vídeos e documentos
- ☐ Conexão Comunidade
- ☐ Fala Comunidade
- ☐ Matérias e entrevistas

Atualizar

Nome do Usuário

Fazendo nossa própria comunicação

No último sábado, a Associação Semente da Vida da Cidade de Deus (ASVI) sediou a última aula da primeira etapa do curso A notícia por quem vive. O curso é uma realização do SOLTEC UFRJ, com apoio do Portal Comunitário da Cidade de Deus, e parceria com o Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária da UFRJ (LECC UFRJ) e do Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC).

Já foram realizadas quatro aulas, sempre aos sábados, de 9h às 17h. A turma, composta por cerca de 30 alunos de dentro e de fora da Cidade de Deus, já teve aula de história, análise crítica da mídia e comunicação comunitária. No dia 15 de maio, primeiro dia de aula, a Cidade de Deus recebeu o jornalista e político César Queiroz Benjamin, que deu uma aula sobre formação da nação brasileira para uma sala lotada de pessoas atentas e participantes. Depois, foi a vez de Pablo Laignier (LECC UFRJ) e Vitor Castro (Observatório de Favelas) falarem sobre análise crítica dos meios de comunicação e comunicação comunitária. Na última aula, dia 19, a jornalista popular Gizele Martins, do jornal O Cidadão, da favela da Maré, esteve na CDD contando sua experiência a frente de um jornal comunitário.



Na segunda etapa do curso, no segundo semestre, a turma terá mais aulas, sobre mídias web (blogs, twitter etc.) e redação jornalística, por exemplo. Mas o ponto forte serão as oficinas, onde todos terão a oportunidade de colocar a mão na massa e produzir suas próprias matérias para um meio comunitário. A base teórica para a produção já está sendo construída ao longo do curso com a contribuição dos palestrantes convidados e da participação ativa dos alunos nos debates.



Enviar — Imprimir —

IV. Matéria "Projeto Jovens Comunicadores e a informática"

Projeto Jovens Comunicadores e a Informática

por Miriam Andrade, educadora de informática da ASVI

"Um país sem memória não é apenas um país sem passado, é um país sem futuro". É citando Rui Barbosa que anuncio aqui boas novas sobre o que acontece no nosso bairro.

Sob a direção de Maria do Socorro Melo Brandão, presidente da ASVI (Associação Semente da Vida da Cidade de Deus), inicia-se o Projeto Jovens Comunicadores da Semente da Vida na Cidade de Deus, com patrocínio do Instituto Rio. Com a missão de resgatar a memória da comunidade e, principalmente, incentivar o jovem a ser protagonista na história da comunidade e na instituição, esse trabalho está ampliando os conhecimentos dos participantes, através de cursos e oficinas, nas áreas de informática, fotografia, vídeo, comunicação, escrita etc..

Como responsável pela área de informática, vejo a potencialidade dessa ferramenta nas mãos desses jovens, que lidam com tanta desenvoltura e naturalidade nesse mundo de bits e bytes.

Mundo esse que às vezes assusta quem já estava aqui na última visita do cometa Halley, mas que para eles é impensável sem a presença dessas fantásticas máquinas.

"(...) eles conquistarão seu quinhão na sociedade, seu lugar no mundo, não como um passivo espectador, e sim como protagonistas"

Não é estranho ouvirmos dos jovens a seguinte pergunta: "Como vocês viviam sem internet"? Como costumo dizer: eles nasceram com as mãos no mouse. Então há de se tirar o maior proveito possível disso aliando memória, informática e MUITO trabalho.

Com a ajuda do projeto, eles estão extraíndo do computador muito mais do que "Orkut", "Facebooks" e "MSNs". Aprendem que Linux não é "coisa de Nerd", que o Office não é só um ícone perdido na sua área de trabalho, que um blog não é só para fofocas

de artistas de televisão...

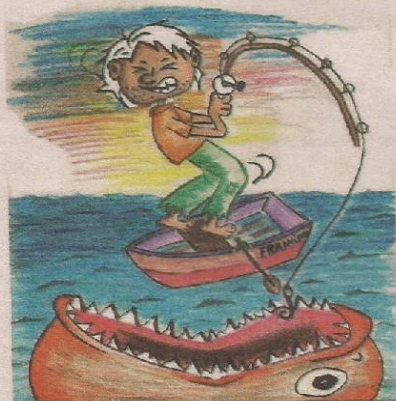
Nossos meninos e meninas precisam estar no mesmo patamar de qualificação dos seus concorrentes no mercado de trabalho, e a informática é peça chave para o crescimento profissional de qualquer indivíduo. Tomar posse desse recurso, que até bem pouco tempo era privilégio de um grupo seleto da nossa sociedade, é de uma gratificação incomensurável, e é disto que também estamos tratando aqui: oportunidades, crescimento, conhecimento e cultura, ou seja, cidadania.

O material mais importante de todo e qualquer processo está entre a cadeira e o teclado. É de conhecimento e exercício deste fato que eles conquistarão seu quinhão na sociedade, seu lugar no mundo, não como um passivo espectador, e sim como protagonistas.

Como uma vez disse Pitágoras: "Eduque as crianças e não será necessário castigar aos homens".

Quadrinhos

por Rosalina Britto



Considerando que as imagens dos livros são elementos importantes na criação da memória, principalmente na infância e na adolescência, ...



... a educação está também naquele que não só aprende a ler, mas também a ver.

9

A notícia por quem vive | outubro de 2011

Cultura, tradição oral, Mestres e um breve histórico da Cidade de Deus

Por Valéria Barbosa

O que é cultura? A cultura pode ser considerada como a forma de expressão de um povo: suas histórias, suas músicas, o que aprendemos com os nossos avós, com os antigos e permanece no tempo. É a força que mantém a pessoa ligada à sua fé, ideais, estilo de vida, enfim, cultura é tudo aquilo que nos dá identidade e que nos faz sentir parte da comunidade e do mundo. A cultura tem passado e presente, ela representa a nossa forma de viver, de ser.

As lembranças da construção da Comunidade da Cidade de Deus são pedaços de vida que tiveram várias influências, até mesmo políticas e ambientais. Esses fatores modificaram os destinos dos novos moradores e acrescentaram personagens de outros locais, com outros saberes, na convivência diária com culturas parecidas ou não. Conhecemos as histórias do passado ao escutar pessoas que viveram e/ou que as ouviram de seus antepassados. O reconhecimento desta fala chama-se memória oral. A memória oral utiliza o som da voz para contar histórias como as que contamos para as nossas crianças. As lendas e os contos da carochinha, por exemplo, são partes deste acervo. A memória oral é passada de uma pessoa para outra e, conforme vai sendo recontada, se atualiza. Ela é o próprio movimento de viver e de registrar a vida. Essas histórias também podem ser cantadas, assim como as cantigas de louvor aos orixás, as toadas do Maracatu, o Jongo, o Samba, Maculelê, o Cordel e todas as manifestações que utilizam da oralidade, da fala, do canto, enfim, da voz. A história oral é propriedade do seu contador – ele a conta e reconta do jeito que a sente e a vive. Assim, a história segue sendo contada durante muitos anos. O exemplo são as cantigas dos terreiros que chegaram ao Brasil no ano de 1500 e que foram preservadas por conta das pessoas que continuaram a cantá-las. O dialeto, em sua maioria era o Yoruba, pode ter sofrido modificações por conta do

Porém, o sentido é o mesmo. São cantados nos rituais de axé. Assim como o valor das ervas foi repassado oralmente pelos índios e pelos escravos.

Duas pessoas que viveram as mesmas situações, no mesmo local e no mesmo momento, quando forem contar estas histórias, não a farão da mesma forma. Somos seres diferentes e sentimos de forma diferente o que nos cerca. Na comunidade da Cidade de Deus, há vários Mestres do saber que são pessoas que se dedicam a ensinar o que aprenderam na trajetória de suas vidas. Os nossos Mestres utilizam do recurso da memória oral, quando falam “água mole em pedra dura tanto bate até que fura”, quando cantam uma cantiga de roda para as crianças, quando ensinam a fazer uma comida regional, um bordado, tocar um instrumento, quando repassam as atribuições de um palhaço em uma Folia de Reis, quando falam de suas vidas como ponto de referência de um tempo na história l o c a l .

Os Mestres da comunidade têm nome, identidade e endereço. É preciso ter respeito para aprender a ouvir o contador nos presenteando com o seu conhecimento e desejo de ter um lugar para resguardar estes conhecimentos. Os nossos Mestres comunitários, fazedores de destinos, são aqueles que contam a suas histórias olhando nos olhos das crianças, dos jovens da comunidade. Eles utilizam a força do seu trabalho e o seu saber como forma de favorecer o desenvolvimento local por meio da cultura.

Observamos que possuem simplicidade e sabedoria, que são respeitados e que conseguiram, ao longo de décadas, guardar a identidade da Cidade de Deus como verdadeiros guardiões do s a b e r . Podemos encontrar semelhanças na personalidade dos nossos Mestres como o tom da voz, a fé e o foco no seu saber. Cada um com o seu jeito e crença, não gritam, falam. Eles não prometem, fazem. Eles não buscam reconhecimento e transbordam valores.

se transforme e não se acabe, sendo referência das suas vidas e da sua comunidade. Ele não fala pelo outro, não se reconhece como o senhor da verdade, e sim sabe que a verdade é de quem a vive.

Um breve histórico dos moradores da CDD

No final dos anos 60, chega a Jacarepaguá, oriundos em sua maioria das favelas da Zona Sul do Rio de Janeiro, os novos habitantes da Cidade de Deus. A Cidade de Deus é uma grande escola com Mestres que fizeram a faculdade da sobrevivência nas enchentes que invadia os barracos da Ilha das Dragas, favela que margeava a Lagoa Rodrigues de Freitas, das favelas do Parque Proletário do Leblon e Praia do Pinto, ambas vizinhas do Clube Regatas do Flamengo onde, atualmente, está o conjunto Selva de Pedras.

Com a valorização imobiliária no final dos anos 60, principalmente na zona sul, foi criado um projeto de transferência das famílias ali residentes para diversas áreas do Rio de Janeiro, como Cordovil, Vila Aliança e Vila Kennedy, grande parte dos moradores que foram transferidos para a Cidade de Deus são oriundos da favela da Praia do Pinto. Alguns moradores se mudaram felizes por ter uma casa livre de enchentes e com saneamento básico, mas outros foram resistentes e continuaram no local saindo somente após um incêndio criminoso.

Um período muito difícil para as famílias. Em sua maioria, elas eram formadas por mais de três filhos pré-adolescentes que acabavam sendo entregue à própria sorte por conta da longa ausência dos responsáveis. Esses pais e mães tinham que vencer a distância entre o trabalho e a nova residência.

Outras favelas também foram acolhidas na comunidade o que facilitou a guerra do poder e a vulnerabilidade daquela geração para a dependência química e entrada para o tráfico.

Com a transferência de suas

Jacarepaguá, a lembrança do trabalho ficando para trás, o que fazer para sobreviver?

Alguns continuaram a trabalhar e outros a cuidar das crianças que ficaram afastadas de seus pais durante mais de 10 horas por dia. Entre eles, muito destes mestres da Cidade de Deus tinham este compromisso. Se não fossem os Guardiões do local, os amigos e vizinhos que cuidaram das crianças enquanto seus pais trabalhavam na zona sul, hoje não teríamos história para contar.

Nos anos 70 a Cidade de Deus cria a fama de violenta e a cultura local fica em segundo plano na divulgação da mídia, reduzindo o local à fama marginal. Nesta época, o Coral Santa Cecília da Escola Municipal Augusto Magno desponta musicalmente, levando as crianças a cantarem no Teatro Municipal, na Sala Cecília Meireles, chegando a concorrer com o coral Canarinho de Petrópolis, um dos melhores corais do Rio de Janeiro.

Como anda o canto nas escolas? Nessa época, a comunidade com os seus líderes começa a criar a sua identidade agregadora de vários saberes. Pessoas de diversas regiões do Brasil se juntam na praça principal, fazendo do local um grande celeiro da arte.

Nos anos 80, nasce o Bloco da Lata. Os desfiles ocorriam na atual Praça Padre Julio Groten, onde ocorria o encontro dos blocos de carnaval que encantavam e entretinham os moradores. Os blocos da Lata, Garimpeiros, Mocidade Unida, Coroado, entre outros, nos fazem lembrar do Sr. Adauto, nosso primeiro DJ com suas caixas potentes. Ele era o encarregado do som nestes eventos. Essa atividade adormeceu na comunidade.

Algumas manifestações tradicionais conseguiram sobreviver. A Folia de Reis do Mestre Miúdo (reconhecido pela Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro como mestre depois da nossa indicação para o Edital dos Mestres – com o seu prêmio comprara todas as fardas) é uma das que lutam diante das dificuldades financeira para promover a sua saída pelas ruas. Ela costumava percorrer as travessas da Cidade de Deus, adentrando as moradias, levando a fé e a alegria.



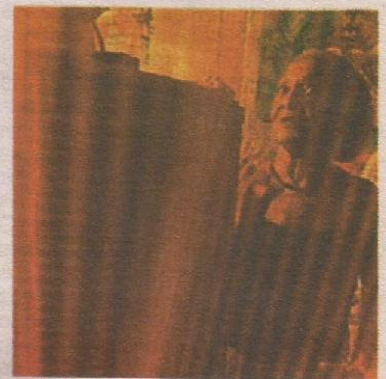
tendo a contribuição do Mestre Rui Reis da Folia de Reis de Vila Valqueire, que em auxílio ao mestre Miúdo que estava com pneumonia, conduziu a Folia Estrela do Oriente para o Centro Cultural. Esta foi convidada a se apresentar no Estado do Espírito Santo com todas as despesas pagas.

Como se reconhece um Mestre?



Basta olhar para o seu avô, os idosos de sua família, seu vizinho e reconhecer o talento daquela pessoa, aquilo que ela faz tão bem e ensina com carinho.

Os tricôs, crochês, pinturas em tecido, as habilidades musicais, as tradições resguardadas como a Folia de Reis do Mestre Miúdo ou o toque do berrante do Joacir Rios, bem como da sua viola, jamais deixariam de ser registro deste saber.



A enchente vivida no local levaria todas as fotos com os seus negativos, mas o saber contado pela voz não. A poetisa Cora Coralina já dizia: "O saber se aprende com os mestres. A sabedoria, só com o corriqueiro da vida."

Esta história começa com a própria Cidade de Deus que tem uma identidade própria e que levou o Sr. Severino Gomes da Silva a criar um espaço para desenvolver atividades culturais. Um Mestre sabe que as lembranças das atividades que tanto admirou na comunidade e que despertaram o seu desejo precisam de um espaço para ser preservadas e decide criar um local destinado a incentivar e a resguardar a cultura popular do lugar. ■